

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THALITA LIRA FONSÊCA

**A INSERÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS PROJETOS DE
REDUÇÃO DA POBREZA RURAL DO BANCO MUNDIAL NO ESTADO DA
PARAÍBA**

João Pessoa
2016

THALITA LIRA FONSÊCA

**A INSERÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS PROJETOS DE
REDUÇÃO DA POBREZA RURAL DO BANCO MUNDIAL NO ESTADO DA
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini

João Pessoa
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F673i Fonsêca, Thalita Lira.

A inserção do desenvolvimento sustentável nos projetos de redução da pobreza rural do Banco Mundial no Estado da Paraíba / Thalita Lira Fonsêca. – João Pessoa, 2016.

68f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – UFPB/CCSA.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 9,5, o Trabalho de Conclusão de Curso

"A Inserção do Desenvolvimento Sustentável nos Projetos de Redução da Pobreza Rural do Banco Mundial na Paraíba"

Elaborado por

Thalita Lira Fonseca

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini – UFPB (Orientador)

Prof^a. Ms. Xaman Korai Pinheiro Minillo – UFPB

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves - UFPB

João Pessoa, 25 de novembro de 2016.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais que, com muito apoio e amor, não medem esforços para que eu possa alcançar todos os meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade que me foi dada de fazer parte da Universidade Federal da Paraíba, do curso de Relações Internacionais e pela força para chegar até o fim.

Agradeço à minha família, sem a qual não teria conseguido alcançar nenhum dos meus objetivos. Aos meus pais, a quem devo tudo e a quem pretendo dar diariamente motivos para sentirem orgulho. À minha irmã, que sempre me apoiou e serviu de inspiração durante a jornada estudantil. Ao meu namorado, que está ao meu lado em todos os momentos e foi essencial durante os últimos meses para tornar a minha caminhada mais leve. Aos meus amigos, que estiveram presentes nos momentos mais difíceis, espero poder partilhar com vocês também o meu sucesso.

Agradeço à Professora Mariana Baccarini, pela transmissão de conhecimento e por ter aceitado o desafio de me acompanhar durante essa pesquisa cheia de desafios. Ao Departamento de Relações Internacionais da UFPB, pela grande contribuição à minha formação acadêmica. Agradeço também aos funcionários do Projeto Cooperar, apesar das dificuldades na obtenção de informações, sempre se mostraram muito solícitos.

RESUMO

No processo de desenvolvimento econômico ocidental o meio ambiente vinha sendo tratado meramente como mecanismo fornecedor de matéria-prima. A partir da segunda metade do século XX, foi iniciada no sistema internacional a busca pela conciliação entre desenvolvimento e gestão ambiental, dada a percepção de sua finitude e dos impactos causados pelo período em que não havia limitações ao seu uso. Desse modo, foi sendo construído por meio de debates principalmente em conferências internacionais o conceito de desenvolvimento sustentável e sua inserção em projetos de cooperação em organizações internacionais vem se tornando cada vez mais comum.

O exemplo utilizado é o caso da agenda do Banco Mundial, que passou a incorporá-lo em seu discurso e iniciativas principalmente a partir dos anos 90. O presente trabalho busca analisar esse processo e relacioná-lo aos projetos de redução da pobreza rural na Paraíba executados pelo Governo Estadual em parceria com o Banco Mundial, de modo a identificar em sua trajetória a implementação dos principais componentes relativos ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Utilizamos o Projeto Produzir, executado na Bahia, para comparar sua trajetória com a do Cooperar (atual nomenclatura do projeto executado na Paraíba), a fim de também compreender se há inserção do desenvolvimento sustentável em ambos.

Palavras-chave: Banco Mundial. Desenvolvimento Sustentável. Projeto Cooperar.

ABSTRACT

In the western economic development process the environment was treated merely as a supplier of raw materials. From the second half of the twentieth century, the search for a reconciliation between development and environmental management was initiated in the international system, given the perception of its finitude and the impacts caused by the period in which there were no limitations to its use. Thus, the sustainable development concept was built through debates, mainly on international conferences, and its insertion in cooperation projects in international organizations has become increasingly common.

The example here used is the World Bank's agenda, which incorporated it in its discourse and initiatives, mainly from the 1990s. The present work seeks to analyze this process and relate it to the Cooperar Project, a rural poverty reduction initiative at Paraíba, implemented by the State Government in partnership with the World Bank, in order to identify in its trajectory the implementation of the main components related to the sustainable development concept.

We use the Produzir Project, run in Bahia, to compare its trajectory with that of Cooperar (current nomenclature of the project executed in Paraíba), in order to also understand if there is insertion of sustainable development in both.

Keywords: World Bank. Sustainable Development. Cooperar Project.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AID – Associação Internacional do Desenvolvimento
AMGI – Agência Multilateral para Garantia de Investimentos
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CAPIPC – Conselho de Articulação Política Institucional do Projeto Cooperar
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEPA-PB – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
CFI – Corporação Financeira Internacional
CIADI – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos
COFIEEX – Comissão de Financiamentos Externos
COP21 – Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015
DER – Departamento de Estradas e Rodagens
DS – Desenvolvimento Sustentável
ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OI – Organização Internacional
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OMS – Organização Mundial da Saúde
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PCPR – Projeto de Combate à Pobreza Rural
PDRI – Política de Desenvolvimento Rural Integrado
PGA – Plano de Gerenciamento Ambiental
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPPI – Plano de Participação das Populações Indígenas

PRPR – Projeto de Redução da Pobreza Rural

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão

SI – Sistema Internacional

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUPLAN – Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: O Desenvolvimento Sustentável no Sistema Internacional.....	13
1.1. A emergência do tema no sistema internacional.....	13
1.2. O papel das Organizações Internacionais na cooperação internacional.....	15
1.3. A evolução do tema no sistema internacional.....	21
Capítulo 2: O Banco Mundial.....	33
2.1. Surgimento.....	33
2.2. Estrutura Organizacional.....	35
2.3. Transição do foco: do Desenvolvimento Econômico para o Sustentável.....	37
Capítulo 3: O Caso do Projeto Cooperar.....	44
3.1. Trajetória do Projeto.....	44
3.2. Inserção do Desenvolvimento Sustentável ao longo dos projetos.....	51
3.3. Semelhanças com o Programa Produzir, da Bahia.....	55
Considerações Finais.....	59
Referências.....	62

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento Sustentável é um termo visto relativamente com frequência nos discursos dos Estados, entretanto, seu conceito só se tornou mais concreto na década de 70. O assunto é bastante complexo, pois a diversidade de interesses desses atores muitas vezes faz com que existam dilemas entre priorizar questões econômicas, sociais ou ambientais. Essas três dimensões são as comumente mencionadas pelos Estados e organizações para definir o desenvolvimento sustentável, desde o Relatório Brundtland em 1987 e principalmente da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992.

Após essa Conferência, o tema se tornou cada vez mais presente na agenda internacional. Com isso, diversos projetos de cooperação internacional passaram a apresentá-lo em sua constituição e tê-lo como um dos objetivos principais. Tanto a construção do conceito de desenvolvimento sustentável quanto sua execução por meio da cooperação internacional são fomentadas por instituições internacionais. Desse modo, percebemos que as organizações internacionais têm tido um papel fundamental nesse cenário.

Isso ocorre atualmente no estado da Paraíba, através do Projeto Cooperar. Trata-se de um projeto de redução da pobreza rural que foi resultado de políticas amplas realizadas previamente pelo Governo Federal em parceria com o Banco Mundial. Com o passar do tempo, as políticas nacionais foram se fragmentando e dando origem a projetos do Banco em parceria com Governos Estaduais.

Inicialmente as políticas eram iniciativas federais voltadas ao desenvolvimento econômico da região nordeste e tratavam principalmente da promoção à agricultura no brejo paraibano. Foram transformadas em estratégias para superação da pobreza, em vários estados nordestinos e posteriormente passaram por uma reformulação, ganhando um caráter social além do econômico. Também foram ampliadas territorialmente e passaram a beneficiar uma maior quantidade de cidades e municípios. Houve a inclusão de comunidades indígenas e quilombolas na execução, e pudemos observar uma semelhança entre a trajetória do Cooperar e os projetos executados na Bahia.

Os objetivos deste trabalho, tomando como referência os elementos já mencionados, são apresentar o surgimento do desenvolvimento sustentável e sua introdução na agenda internacional, compreender como se deu a entrada do tema na agenda do Banco Mundial, e analisar sua inserção também no Projeto Cooperar, a partir do conceito criado após o

Relatório Brundtland. Além disso, buscamos apresentar o Projeto Produzir executado na Bahia e relacionar a inserção do tema em ambos, em busca de apresentar as semelhanças e diferenças nesses processos.

A metodologia utilizada foi a análise do conteúdo de documentos oficiais de organizações internacionais, principalmente do Banco Mundial, e do Projeto Cooperar, além de artigos e livros de análises sobre esse tema. O trabalho é organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo, descrevemos a inserção do tema ambiental na agenda dos Estados e em seguida apontamos as discussões nas conferências internacionais de maior abrangência. Também apresentamos a importância das instituições internacionais como fóruns de discussão e elaboração de ações coletivas para elucidar aquelas que ao longo do tempo foram inserindo o desenvolvimento sustentável em suas agendas, principalmente no âmbito da ONU.

No segundo capítulo, apresentamos o Banco Mundial. Expomos algumas características de sua estrutura organizacional e analisamos de forma geral o seu discurso e aplicação em projetos desde sua criação até o presente. Desse modo buscamos perceber em que momento o desenvolvimento sustentável se torna um elemento importante para a instituição. Por fim, citamos alguns de seus projetos relativos às questões ambientais, que são relativamente recentes.

No terceiro e último capítulo, mostramos com maiores detalhes a trajetória do Projeto Cooperar e os principais componentes tanto dele quanto dos executados em momentos anteriores. Observamos a inserção do desenvolvimento sustentável ao longo dos anos e apresentamos o Programa Produzir, executado na Bahia, a fim de estabelecer uma relação comparativa e ponderar se a inserção do tema foi um caso isolado no projeto da Paraíba.

A hipótese inicial apontava para a inserção do desenvolvimento sustentável nos componentes do projeto a partir dos anos 90. Percebemos que existiram alguns anos de intervalo entre a inserção do tema no discurso do Banco e na execução do Projeto e as prioridades iniciais eram voltadas à situação econômica das populações rurais e superação da pobreza. Aproximadamente a partir da metade da primeira década de 2000 observamos elementos concretos sendo aplicados no projeto.

Capítulo 1: O Desenvolvimento Sustentável no Sistema Internacional

O debate em torno do conceito de Desenvolvimento Sustentável é abrangente e até o momento não existe um consenso na academia. Para que possamos desenvolver o viés a ser estudado, inicialmente faremos uma breve introdução do tema no meio acadêmico e posteriormente apontaremos como foi levado às agendas políticas nacionais e internacionais.

1.1. A emergência do tema no sistema internacional

A afirmação de que desenvolvimento e meio ambiente não podem ser dissociados é atualmente difundida, mas até o início do século XX o assunto não era plenamente debatido. A partir dos séculos XVI e XVII, com a evolução do pensamento ocidental e da ciência moderna, o homem passa a tratar a natureza como algo infinito e que deve ser plenamente utilizado para satisfazer suas necessidades (PASQUARIELLO, 1993).

O pensamento de Descartes (...) afirma que o homem deve assenhorar-se da natureza e transformá-la conforme sua vontade, portanto o conhecimento passa a ser definido em termos da capacidade de subjugar a natureza (PASQUARIELLO, 1993, p. 1).

Simultaneamente à expansão desse pensamento ocorreu o início do modo de produção capitalista, a expansão marítima, a difusão das ideias ocidentais e a imposição cultural dos centros sobre suas colônias. O fortalecimento da noção de Estado está intimamente ligado a esse processo, assim como de racionalidade humana e de expansão territorial. Surge então no pensamento filosófico o “Estado de Natureza” idealizado por Hobbes, a ideia da necessidade de um Contrato Social como forma de organização da sociedade e posteriormente a consciência de que a distribuição dos recursos naturais é um elemento de extrema importância para os Estados (PASQUARIELLO, 1993).

As ideias políticas que se seguiram predominantemente envolviam a liberdade do Estado, o capitalismo e a dominação dos povos por parte de uma elite detentora dos meios de produção. No século XIX, com o advento da Revolução Industrial¹, os impactos ambientais

¹Fato histórico ocorrido na Inglaterra no século XVIII, quando o país iniciou seu desenvolvimento industrial e se tornou a economia mais moderna do mundo. Muitos autores afirmam que foi o momento de transição do capitalismo comercial para o industrial, e seus efeitos impactaram o desenvolvimento econômico em todo o mundo ocidental (CAVALCANTE; SILVA, 2011).

da ação do homem foram intensificados, mas essa questão estava longe de ser tratada como prioridade nas políticas nacionais das economias crescentes. Desde o século XVII já existiam debates isolados em torno da preservação ambiental e eles ganharam mais força na Inglaterra após a industrialização, porém seu alcance era extremamente limitado (PASQUARIELLO, 1993).

O século XX foi cenário da ampliação da atividade econômica interna de muitos países, da expansão do comércio internacional e, conseqüentemente, da utilização dos recursos naturais, principalmente após a I Guerra Mundial. Com o aumento dos problemas ambientais tanto em quantidade quanto em abrangência, o tema passou a ganhar maior visibilidade no espaço político e na vida civil. Foi percebido e levado às agendas dos tomadores de decisão o fato de que problemas ambientais tinham impactos que afetavam não só regiões específicas que degradavam a natureza com maior intensidade, mas que poderiam se expandir e tomar uma escala global. A deterioração da camada de ozônio² foi uma das primeiras questões a ganhar amplitude e entrar na agenda internacional. Essa percepção proporcionou o início da visão do planeta como território comum e de que as ações de preservação deveriam extrapolar barreiras geográficas (ALBAGLI, 1995).

Até esse momento não existia um conceito de desenvolvimento atrelado ao uso consciente dos recursos naturais aceito no sistema internacional. A ideia foi construída ao longo do século XX, na medida em que o tema foi ganhando visibilidade e a academia passou a discutir e dissertar mais sobre. Até a década de 1960 os estudos relacionados à política ambiental internacional eram realizados por geógrafos e economistas a fim de analisar a possibilidade da escassez desses recursos, entretanto, o tema ainda não constituía uma questão primordial às agendas dos tomadores de decisão (VOGLER, 2011).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi teoricamente desenvolvido ao longo de diversos debates em organizações internacionais (OIs) e é amplamente utilizado dentro delas. Esse tipo de instituição é fundamental para temas como esse, que não pode ser plenamente resolvidos por ações unilaterais. Por este motivo, a próxima seção abordará a importância das OIs para o avanço da cooperação internacional e a introdução da questão ambiental nessas discussões.

²Camada formada pelo gás ozônio (O₃) que compõe a atmosfera. Estudiosos afirmam que é essencial na proteção da Terra contra os raios solares. Nos anos 80, cientistas perceberam que produtos químicos emitidos pelo homem na atmosfera denegriam a camada e por conta disso ela passou a ser um elemento importante nas discussões sobre política ambiental (SANTOS, 2007 s.p.).

1.2. O papel das Organizações Internacionais na cooperação internacional

As relações internacionais constituem um campo de estudo iniciado no começo do século XX. Diversos debates ao longo dele levantaram discussões distintas acerca das ações dos Estados e dos fatores capazes de influenciá-los. Desse modo, a presença de organizações internacionais (OIs) é um ponto comum entre várias teorias, entretanto, as abordagens de cada uma são distintas, assim como a ênfase a esse assunto dada por elas (HERZ; HOFFMANN, 2004).

O fim da I Guerra Mundial ocasionou iniciativas de cooperação entre Estados e a criação de OIs, principalmente pelo desejo de se evitar uma nova guerra. Essas iniciativas não foram tão bem sucedidas, mas a experiência adquirida possibilitou, após a II Guerra, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outras OIs, que, dão início a um novo tipo cooperação internacional (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Apresentaremos os principais argumentos comuns às teorias clássicas – realista e liberal –, sobre OIs, por serem as teorias iniciais que geraram inúmeros debates, entretanto, tendo em vista a existência de diferentes discursos dentro de cada uma delas, iremos expor seus aspectos mais conhecidos e comuns aos seus autores.

Herz e Hoffmann (2004) afirmam que, até aproximadamente o fim da Guerra Fria, a literatura sobre organizações internacionais era mais limitada, devido à predominância da aceitação da teoria realista no sistema internacional (SI). Suas principais premissas consistem na absoluta soberania dos Estados, na condição da anarquia gerada pela coletividade de Estados soberanos e na constante possibilidade de guerra entre eles. Nesta visão, os Estados, os principais atores do cenário internacional, estão sempre em busca do aumento de seu poder perante os demais e de sua capacidade de guerra, com tendência a não cooperação.

Os autores dessa teoria afirmam também que, diante desse ambiente de incertezas e desconfiança, as instituições internacionais não são capazes de influenciar o comportamento dos Estados e a atuação dentro delas é extremamente limitada. Além disso, para o realismo, apesar da existência dessas organizações, elas funcionam como meio dos Estados que possuem maior poder de coerção de influenciar os mais vulneráveis e de fazer com que suas necessidades sejam atendidas. Também enfatizam a impossibilidade das OIs obrigarem Estados a colocarem as medidas acordadas dentro delas em prática (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Já a teoria clássica liberal está enraizada em filósofos como Immanuel Kant, Hugo Grotius e Adam Smith, e na premissa básica da racionalidade dos indivíduos. Essa característica faz com que eles busquem sempre o progresso e as melhores alternativas para aumentar seus ganhos. Os debates dentro dessa corrente de pensamento possuem como ponto comum a crença de que a paz pode ser atingida por meio da liberalização do comércio, da adoção de regimes políticos democráticos e republicanos e de que instituições internacionais são capazes de modificar as relações entre Estados. Dentro dessas instituições estão as OIs, e são abordadas como elementos fundamentais para a garantia de limitações e controle das ações dos Estados, sendo um elemento de manutenção da paz (HERZ; HOFFMANN. 2004).

Axelrod e Keohane (1985) apontam que as instituições internacionais de cooperação podem mitigar as incertezas e operar como ambiente propício de benefícios recíprocos aos Estados participantes. Apesar de existirem dificuldades para a cooperação dentro delas, algumas de suas características, como o fator normatização, amenizam esses problemas. Elas criam benefícios para que a cooperação seja contínua e proporcione ganhos no longo prazo para aqueles que seguirem suas regras, assim como implica em prejuízos em casos de defecção. Eles assinalam, ainda, que uma das principais dificuldades dos Estados está na necessidade de conciliação entre seus principais interesses internos e suas estratégias no nível institucional, entretanto, a característica dos ganhos e concessões recíprocos pode abrandar esse dilema.

Abbott e Snidal (1998), na busca por responder por que os Estados atuam por meio de instituições internacionais formais, afirmam que dentro desses fóruns eles conseguem obter ganhos que não seriam possíveis individualmente ou encontrariam maiores dificuldades em atingi-los. Os autores concluem também que, por meio do desenvolvimento de estratégias comuns no âmbito multilateral, os Estados podem vir a redefinir suas próprias estratégias internas de modo que essas organizações são capazes de afetar o arranjo do sistema internacional. Entretanto, os fatores previamente mencionados da soberania dos Estados e da anarquia do sistema implicam em diversas limitações, mas ainda assim elas constituem um fator extremamente importante para a determinação da conjuntura política internacional. A teoria liberal se tornou mais popular com o fim da Guerra Fria e com a maior visibilidade dada a essas instituições no SI, principalmente ao sistema ONU.

Angell (2002) foi um dos primeiros autores nos anos 90 a falar sobre a interdependência entre Estados e as possíveis consequências, na qual uma delas seria o envolvimento cada vez maior e necessidade de cooperação política e econômica. O autor menciona a possibilidade das guerras serem completamente extintas com base em argumentos

liberais, por meio das relações entre Estados que podem ser benéficas para ambas as partes, e a existência de um interesse comum pela paz. Ele alega que a vitalidade de um povo está diretamente ligada à cooperação que ele estabelece, pois cada um pode suprir as necessidades que o outro não consegue, estabelecendo acordos e abdicando do uso da força, violência e hostilidades (ANGELL, 2002).

Mello (1997) afirma que para os institucionalistas, ou neoliberais, quanto maior a interação, mais cooperação haverá entre os atores, pois ela se dá de forma contínua. Através do “dilema do prisioneiro repetido”³, ela afirma que com a repetição dos jogos de interação entre os Estados, eles se tornam mais enfraquecidos ou desgastados, então a deserção deixa de ser compensadora em longo prazo. Dessa forma, a alternativa a se escolher será a cooperação, para evitar mais perdas. Os principais obstáculos à cooperação são as fraudes e a deserção, e esses se tornam controlados quando há a presença de instituições. Para esses pensadores, à medida que diminui a quantidade de jogadores, diminuem-se também os custos de controle e sanção.

A influência das organizações internacionais (OIs) sobre os Estados é um campo extremamente importante das relações internacionais. No campo teórico das relações internacionais, existe o modelo de jogos de dois níveis, a partir de tal modelo, é possível observar, simultaneamente, os jogos nos âmbitos interno e externo, mostrando especificamente como um pode afetar o outro e como os agentes políticos têm que lidar com os dois aspectos estatais ao mesmo tempo (MELLO, 1997).

Essa perspectiva observa os processos, como formação de coalizões, que podem ocorrer tanto em apenas um nível quanto em forma de interação entre os dois, a homogeneidade dos interesses, os arranjos institucionais, a influência de tratados internacionais e os possíveis elementos com maior capacidade de exercer pressão como aspectos da cooperação que podem ser analisados e aplicados a casos específicos (PUTNAM, 2010).

³O “dilema do prisioneiro” é um modelo bastante utilizado nas relações internacionais para ilustrar as dificuldades enfrentadas por Estados sobre a possibilidade de cooperação. Consiste na presença de um prisioneiro A e um B, que cometeram determinado crime. A polícia não possui provas suficientes para condená-los e os deixa em salas separadas, sem comunicação, e eles podem delatar (trair) o outro ou não. Os possíveis cenários são: caso um delate e o outro não, o delator tem a pena reduzida; caso nenhum delate, a polícia não terá provas suficientes para condená-los e libertará ambos; e se ambos delatarem, pegam uma pena média. O dilema é usado para demonstrar a situação dos Estados na cooperação, pelo iminente risco de traição dos demais Estados. Muitas correntes afirmam que as organizações internacionais diminuem esse risco, por representar perdas àqueles que traem. Entretanto, diversas correntes teóricas usam o dilema, analisam diferentes variáveis e cenários e chegam a diferentes conclusões (CARVALHO, 2005).

Putnam (2010) afirma que “a abordagem de dois níveis reconhece que os tomadores de decisão lutam para conciliar simultaneamente os imperativos domésticos e internacionais” (PUTNAM, 2010, p. 170). Também observa que acordos firmados em nível internacional podem possuir custos políticos e diplomáticos que precisam ser plenamente analisados, pois irão interferir fortemente na política nacional e estarão expostos à opinião pública. Do mesmo modo, os Estados tendem a firmar acordos e participar de instituições que convergem com suas diretrizes de política interna, tornando-se inconcebível a separação entre esses dois níveis. Para o autor, os estadistas e tomadores de decisão estão constantemente analisando os elementos dos dois níveis, a fim de conciliá-los e estabelecer as estratégias políticas adequadas aos interesses do Estado, estando cercados por diversos dilemas e oportunidades.

De modo geral, o cerne do argumento está na constante influência que o contexto, negociações e movimentos internos possuem sobre negociações em nível internacional, simultaneamente ao fato de que o contexto internacional, adesão a acordos, participação em OIs e diversos outros fatores externos tem consequência direta nas decisões políticas internas dos Estados. A mesma teoria aponta que a formação de coalizões nas OIs possui um grande potencial para influenciar decisões nacionais e até mesmo facilitar a adesão de acordos internacionais, além de promover sua aceitação interna (PUTNAM, 2010).

No caso de políticas que envolvem o meio ambiente, a utilização de recursos naturais e o desenvolvimento sustentável, essa capacidade de influência se torna ainda mais importante. Nesse assunto, os constantes dilemas presentes no ambiente multilateral podem se tornar mais evidentes e organizações internacionais se tornam instrumentos para canalização de ideias e construção de medidas comuns. Isso ocorre pelo fato de que os benefícios da cooperação só são plenamente observados no longo prazo, enquanto que o desenvolvimento econômico sem levar esse fator em consideração pode oferecer benefícios imediatos. As organizações, além de diminuir esses riscos oferecem uma chance real de que os avanços possam ser obtidos pela possibilidade dos debates e surgimento de novas ideias, que ofereçam benefícios impactantes aos contextos locais dos Estados (GALVANESE; FAVARETO, 2014).

Hoole (1977) apresenta um caso que pode ilustrar essa capacidade de influência: tratando do impacto que organizações internacionais podem apresentar em políticas públicas, o autor dá como exemplo o caso das políticas de combate à varíola, realizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A doença já havia sido praticamente erradicada na primeira metade do século XX na maior parte dos Estados, entretanto, a quantidade de casos

voltou a crescer em alguns países específicos e a possibilidade de que a doença voltasse a apresentar riscos estimulou esforços da OMS para erradicação dela no sistema internacional.

A limitação orçamentária da OI fez com que não fosse possível colocar imediatamente seus planos em prática. Então, os Estados membros se uniram e financiaram os programas, gerando um esforço intenso de coordenação em nível global e conseguiram erradicá-la. Sua ideia central consiste em avaliar as variáveis desse caso para determinar se houve ou não influência da OI na obtenção do resultado final. O resultado é o de que não existe outro elemento suficientemente forte para explicar o resultado além do esforço coordenado através da cooperação via OI (HOOLE, 1977).

A erradicação de uma doença tem diversos impactos nas políticas internas dos países e gera efeitos nas economias estatais, visto que diminui os custos do Estado para tratá-la. O papel da OMS enquanto organização internacional no exemplo citado representa a possibilidade de que políticas públicas em nível global sejam executadas coordenadamente e proporcionem benefícios diretos aos Estados membros (HOOLE, 1977).

Com o passar do tempo, os problemas ambientais, tema em emergência tanto nas agendas nacionais quanto internacionais, passaram a ser um campo de estudo nas Relações Internacionais. Assim, muitos estudiosos se empenharam em também incluí-lo nas correntes teóricas clássicas e a criar novos movimentos teóricos relativos a ele (PASQUARIELLO, 1993).

Em relação às correntes teóricas das relações internacionais, pode-se dizer que da perspectiva realista sobre o meio ambiente se originaram duas perspectivas: eco-segurança e o ecoautoritarismo. A eco-segurança é a vertente que vê as questões ambientais como algo que pode vir a gerar conflitos e que pode alterar a balança de poder, sendo assim um tema o qual os Estados devem passar a dar mais atenção, pois pode de forma direta ou indireta vir a gerar conflitos. Para muitos autores dessa corrente, o fator interdependência torna os Estados mais vulneráveis, e novos mecanismos devem ser criados para que conflitos sejam evitados. Já o ecoautoritarismo, parte do princípio de que caso se chegue a uma escassez de recursos naturais os Estados chegariam ao estado de natureza Hobbesiano, em que conflitos são iminentes. Para que isso não aconteça, deve então ser criado um “contrato social” com base ecológica e que exista um Leviathan, uma força capaz de impor sanções e estabelecer a ordem caso o contrato não esteja sendo devidamente cumprido (CANÍZIO, 1990).

Para a perspectiva idealista oriunda da teoria liberal, o principal fator do sistema internacional não é o constante risco de guerra e sim a capacidade que os homens têm de se organizar socialmente e criar instituições que harmonizem o ambiente internacional com base

no Direito, levando-se assim à obtenção da paz. Dessa perspectiva surgiu a ecodemocracia, na qual Johan Galtung enfatiza a importância de uma autoridade central democrática que insira ONGs e multinacionais na resolução de problemas relacionados ao meio-ambiente. Outros autores contribuem para a construção dessa vertente com o argumento de que uma nova ordem internacional deve dar mais espaço para questões ambientais no sistema internacional, e que a interdependência entre Estados e organizações aumenta cada vez mais a demanda por ações em conjunto (CANÍZIO, 1990).

Por fim, a perspectiva racionalista, que também provém da teoria liberal, tem como base as ideias de Grotius e o Direito como principal fundamento. Parte do princípio da racionalidade humana e da criação do Direito Internacional como garantia da ordem legal entre Estados, sem que haja necessidade de uma autoridade com capacidade punitiva, diferente do que dizem os realistas. No que diz respeito ao meio ambiente, para uns existe dicotomia entre ética e justiça ambiental, e para outros os valores ecológicos devem substituir os valores tradicionais da justiça a fim de que exista um ambiente bom para a sociedade (CANÍZIO, 1990).

Le Prestre (2000) aponta alguns desafios à politização das questões ambientais. Um deles é o fato de que cada sociedade tem que lidar com problemas ambientais diferentes, pois a sua demanda por produtos, condições ambientais, disposição de recursos e diversos outros fatores varia de Estado para Estado. Desse modo, o problema de um país pode não ser de muito interesse para outro, pois cada um lida com os custos sociais, ambientais ou econômicos que podem e estão dispostos. Outra problemática consiste no fato de, muitas vezes, principalmente os países subdesenvolvidos são Estados politicamente fracos, com diversas falhas em seus processos. Desse modo, os problemas ambientais nessas regiões muitas vezes são utilizados para tratar ou acobertar outros problemas, de ordem política ou econômica, por exemplo.

Le Prestre (2000) afirma também que algumas vezes os problemas ambientais são vistos como questões isoladas, que não interferem de forma extremamente direta em aspectos sociais, econômicos ou políticos. Entretanto, a interação homem-ambiente é inegável, e existe sempre o dilema com relação à urgência das resoluções das questões, pois o ambiente muitas vezes não é prioridade, quando existem problemas humanos como a fome, por exemplo.

Nesse contexto, atores não estatais se tornam cada vez mais capazes de gerarem impactos em questões comuns aos Estados. Diante dos argumentos previamente citados, torna-se perceptível a importância de organizações internacionais voltadas a questões ambientais e de desenvolvimento sustentável por se tratar de um bem coletivo e que

benefícios nessa área representam ganhos que vão além de fronteiras territoriais. Além disso, as possíveis dúvidas entre Estados sobre a deserção na adoção de medidas é dirimida dentro do ambiente institucional. Apesar de limitados, existem benefícios àqueles que tomam medidas coletivas em organizações internacionais, e o mesmo ocorre em questões relacionadas ao meio ambiente (BIERMANN *et al*, 2009).

Com base no aspecto da coletividade dos recursos ambientais e na capacidade que organizações internacionais podem ter de gerar avanços em questões dessa amplitude, consideramos seu papel como essencial no caminho para o desenvolvimento sustentável. Biermann *et al* (2009) apontam para o surgimento da necessidade de governança global para o meio ambiente, além das políticas nacionais isoladas que ocorreu a partir da segunda metade do século XX. Dados os diferentes conceitos de governança global existentes na literatura das relações internacionais, os autores caracterizam de forma simplificada como o aumento da necessidade de organizações e regimes internacionais necessários pela complexidade e interdependência das sociedades contemporâneas.

Na próxima seção abordaremos como a sustentabilidade foi atrelada ao termo desenvolvimento e mostraremos como os fóruns internacionais de discussão foram importantes para a consolidação da ideia de preservação como elemento primordial às políticas estatais.

1.3. A evolução do tema no sistema internacional

Segundo Nascimento (2012), a sustentabilidade possui duas raízes: a primeira ligada à resiliência da natureza, ou seja, à capacidade que os ecossistemas possuem de se reconstruir diante de ameaças externas; e a segunda, quando colocada ao lado da palavra “desenvolvimento” surgiu no século XX após a percepção econômica de que a produção não conseguiria manter o padrão no longo prazo devido à limitação dos recursos naturais e à má utilização deles. Varella (2009) afirma que o primeiro termo a ser utilizado na busca por atrelar desenvolvimento e meio ambiente foi o ecodesenvolvimento, criado por Sachs em 1970 a fim de incitar os debates sobre essas duas questões como conjunto. Era a ideia inicial que foi debatida e originou o desenvolvimento sustentável.

O ecodesenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável) subordina o crescimento a objetivos sociais e explicita as condicionalidades ambientais sem se descuidar da viabilidade econômica indispensável para fazer as coisas acontecerem (SACHS, 2009, p. 28).

Essa ideia apresentada por Sachs foi construída após debates ao longo do século XX, principalmente com o fim da II Guerra Mundial. Diversas reuniões, congressos e conferências aconteceram nessa época e incluíram discussões envolvendo o conceito de desenvolvimento sustentável e suas ramificações. Entretanto, mencionaremos aquelas de maior abrangência e que foram marcadas pela representatividade de uma quantidade maior de países.

Os debates acerca das consequências negativas da industrialização para o meio ambiente aconteceram em maior volume na década de 60 (comparando-se a todas as décadas anteriores) e foram intensificados na década de 70, culminando na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, 1972. Ocorreu entre os dias 5 e 16 de junho desse ano com participação de 113 países e foi um dos primeiros fóruns internacionais para discussão de questões ambientais (BRÜSEKE, 1994).

A Organização das Nações Unidas que havia emergido após o fim da Segunda Guerra Mundial como fórum internacional para discussão de questões comuns aos seus Estados membros, inseriu o tema meio ambiente em sua agenda diante dos crescentes debates (ALBAGLI, 1995). Importante elemento para a ênfase nessa discussão foi a publicação do estudo *“The Limits to Growth”*⁴ com patrocínio do Clube de Roma em 1971 (LAGO, 2013).

Um dos principais argumentos dessa obra era o fato de que a industrialização já havia prejudicado o meio ambiente de tal forma que a medida mais adequada para evitar danos maiores seria um grande desaceleramento no desenvolvimento. Desse modo, os países subdesenvolvidos deveriam congelar sua industrialização e os desenvolvidos deveriam manter-se como estavam, porém sem expansão de indústrias. Essa ideia foi bastante discutida à época, inclusive esse argumento esteve presente durante os debates em Estocolmo (LAGO, 2013)⁵.

Havia os que incentivavam o crescimento desenfreado dos países subdesenvolvidos, para que pudessem ascender sem delimitações ambientais claras como aconteceu nos desenvolvidos. A ideia consistia também em deixar que esses países tratassem de resolver os problemas que criariam para o meio ambiente apenas quando economicamente consolidados. Estocolmo foi essencial na busca de um distanciamento tanto desse ponto de vista quanto do anteriormente mencionado, a fim de se chegar a um meio termo viável (SACHS, 2009).

⁴ Limites ao crescimento.

⁵ Existe um site denominado Pegada Ecológica desenvolvido em parceria com a Rede WWF no qual o indivíduo pode calcular o impacto do seu estilo de vida no planeta. O método analisa alguns aspectos do consumo pessoal e avalia a extensão de terra em hectares necessária para a manutenção desse modo de vida. Com base nesses cálculos, o site estipula quantos planetas Terra seriam necessários para suprir o consumo da população caso todas as pessoas vivessem dessa mesma forma.

A Declaração assinada ao final da Conferência afirma as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como suas características, necessidades e responsabilidades. Surgiu no sistema internacional a noção de que os países subdesenvolvidos, que devem buscar primariamente a redução da pobreza, procederão de maneira diferente daqueles que possuem economias consolidadas internacionalmente, visto que as necessidades básicas dos indivíduos devem prioritariamente ser atendidas. Outros aspectos como o aumento da população mundial e conseqüentemente de seu consumo, a participação de governos locais e nacionais na implementação de medidas globais e a importância dos esforços dos cidadãos, comunidades, empresas e instituições também representaram elementos centrais da discussão (PNUMA, 1972).

Outro componente que demonstra a importância do documento para iniciativas de políticas ambientais internacionais é o fato de reconhecer o grau de coletividade de elementos naturais como a água, ar e solo e enfatiza que sua preservação depende de ações conjuntas. Incita a cooperação internacional tanto para medidas práticas quanto para pesquisas acadêmicas e tecnológicas e a criação de leis internacionais que protejam esses recursos (PNUMA, 1972).

A Conferência não estabeleceu metas, prazos e medidas, entretanto, deu abertura a reuniões multilaterais posteriores, introduziu o tema na agenda de países que ainda não o haviam feito, incitou a criação de ONGs nacionais voltadas ao meio ambiente e foi fundamental à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que será mais aprofundado posteriormente (LAGO, 2013).

Estocolmo foi fundamental também para a observação de que os desastres ambientais são em grande medida causados por indústrias e exploração desenfreada de recursos naturais, mas também pela pobreza. Isso se dá pela ocupação de pessoas mais pobres em locais de maior risco (um exemplo é a formação de favelas) e pela agricultura familiar e exploratória muitas vezes realizada de maneira a contaminar águas, prejudicar solos e desmatar encostas. Esse momento foi crucial para o atrelamento da redução da pobreza com o uso sustentável do meio ambiente, e posteriormente muitos projetos foram realizados com essa premissa (SACHS, 2009).

O documento “*Our Common Future*”⁶ foi publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e ficou conhecido como Relatório Brundtland (a Comissão era chefiada pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland). Sua

⁶ Nosso futuro comum.

maior contribuição foi a criação de um conceito de desenvolvimento sustentável mais aceito do que todos os anteriores e que serviu de base para as discussões nas Conferências posteriores (NASCIMENTO, 2012). O conceito criado foi:

*In essence, sustainable development is a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development; and institutional change are all in harmony and enhance both current and future potential to meet human needs and aspiration*⁷(ONU, 1987. p. 43).

Antes da divulgação desse relatório as discussões acerca do desenvolvimento sustentável seguiam em torno das dimensões econômica e ambiental. Sua contribuição está na ênfase da necessidade em olhar para uma terceira dimensão: a social. O documento veio reafirmar a ideia iniciada em Estocolmo de que a pobreza mundial deve ser combatida juntamente com os problemas causados por desastres ambientais e incentivou a inserção desse tema na Conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992 (NASCIMENTO, 2012). Sobre o período entre os eventos realizados em Estocolmo e Rio de Janeiro, Lago (2013) afirma que

O enriquecimento do debate em torno da questão do meio ambiente nas duas décadas entre Estocolmo e o Rio de Janeiro deu-se em todos os níveis – governamental, não governamental, empresarial, acadêmico e científico (LAGO, 2013, p. 72).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi o maior evento realizado pela ONU até então, com representação de delegações de 172 países levou ao Rio de Janeiro 108 Chefes de Estado ou de Governo entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. Nesse contexto, os esforços individuais dos Estados e suas políticas ambientais já haviam aumentado em relação ao início da Conferência anterior. Além disso, o momento econômico era de abertura comercial e expansão de mercados, visto que o fim da Guerra Fria havia proporcionado um ambiente favorável ao comércio pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial. O fato de o evento ter ocorrido num país subdesenvolvido também foi estratégico no sentido de reafirmar a importância desses países e seus caminhos para o desenvolvimento, além de seus impactos ambientais (LAGO, 2013).

A publicação do já mencionado Relatório Brundtland teve grande impacto tanto na elaboração da agenda para a Conferência quanto nos debates que nela aconteceram, visto que o conceito de desenvolvimento sustentável e suas três dimensões recém inseridas nos debates

⁷“Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todos em harmonia e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (Tradução livre).

(econômica, ambiental e social) foi aceito por uma grande quantidade de debatedores, ainda que até hoje não exista consenso (LAGO, 2013).

A Rio 92 ou Cúpula da Terra, como ficou conhecida, teve três principais acordos adotados: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento com diversos princípios que definem os direitos e responsabilidades dos Estados; a Agenda 21, um plano de ação global para promover o desenvolvimento sustentável; e a Declaração de Princípios sobre Florestas, com a finalidade de apoiar a gestão sustentável das florestas em todo o mundo. Além disso, três convenções são oriundas da Rio 92: a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (ONU, s.a., s.d.)⁸.

Para Barrutia *et al* (2015), a importância da Agenda 21 foi bastante enfatizada após o evento, entretanto, o cumprimento de suas metas que era imprescindível para a obtenção de efeitos concretos da Conferência não ocorreu como planejado. Os autores fazem um breve estudo das principais propostas da Agenda, e centralizam sua contribuição na ênfase à participação de setores da sociedade para além dos governos no planejamento de desenvolvimento em médio e longo prazo. Os referidos autores constatam que, na prática, alguns desafios foram encontrados que não haviam sido previstos pela Agenda, como as dificuldades burocráticas e de governança que instituições locais podem se deparar quando buscam resolver questões de ampla abrangência como são as ambientais.

Houve um aumento na quantidade de instituições governamentais e ONGs de participação ativa nesse sentido, assim como um progresso tecnológico e maior participação do setor privado, porém de forma bem mais limitada do que o previsto. A comunicação entre os pequenos grupos que se formaram se torna mais um desafio pela falta de uma liderança entre elas, e por esses motivos diversos autores afirmam que existe uma disparidade entre a ideia construída pela Agenda de governança internacional, nacional e local, e a realidade (BARRUTIA *et al*, 2015).

Outras críticas ao legado da Rio 92 estão relacionadas à expectativa que se criou de que ela colocaria o desenvolvimento sustentável como prioridade para os variados tipos de cooperação internacional, porém, o processo de globalização e o aumento da produção e consumo teve um papel muito mais forte nas ações concretas. Além disso, deixou de ser tema central uma questão de grande importância para o desenvolvimento: o crescimento demográfico (SACHS, 2009).

⁸ Disponível em: <<http://research.un.org/en/docs/environment/conferences>>. Acesso em 22/09/16.

A década que se seguiu entre a Conferência do Rio e a de Joanesburgo, realizada em 2002, deixou a desejar em termos de avanços reais sobre políticas e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável (SACHS, 2009). Entretanto, houve progressos no que diz respeito às políticas relativas às mudanças climáticas, tanto com as práticas previstas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima elaborada ainda no Rio em 92, quanto pela assinatura do Protocolo de Quioto em 1997. Os países que assinaram o Protocolo afirmaram o compromisso em reduzir a emissão de gases de efeito estufa; os EUA, um dos países mais poluidores do mundo, assinou o acordo, entretanto, ele não foi ratificado internamente, o que gerou um problema para a governança nesse sentido. Outra consequência foi o início da comercialização de créditos de carbono, que fez com que governos e empresas se voltassem mais ao controle de suas emissões tendo a possibilidade de obter ganhos econômicos. A questão climática ainda viria a ser tratada em eventos posteriores, e foi o que aconteceu na conferência conhecida como Rio+10 (MOREIRA; GIOMETTI, 2008).

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ocorreu entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002 em Joanesburgo, África do Sul, sendo a primeira a incorporar a expressão em seu título, devido ao consenso ainda que limitado resultante da conferência anterior. A Declaração de Joanesburgo reafirma os compromissos estabelecidos na Agenda 21 e aponta os três pilares do desenvolvimento sustentável (economia, ambiente e sociedade) como essenciais ao progresso internacional, mencionando a importância da inclusão das minorias nas políticas locais, nacionais e internacionais (ONU, 2002).

O segundo documento resultante da conferência, o Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável coloca como pontos principais a serem executados: erradicação da pobreza; alteração dos padrões insustentáveis de produção e consumo; proteção e gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento econômico e social; o desenvolvimento sustentável em um mundo voltado para a globalização; a saúde; e o desenvolvimento sustentável dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, da África e de outras iniciativas regionais (ONU, 2002).

O panorama encontrado em Joanesburgo foi o de que alguns aspectos ambientais e sociais estavam piores tanto em países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos que dez anos antes no Rio e o sonhado desenvolvimento sustentável estava longe de se tornar realidade. Também por esse motivo a erradicação da pobreza se tornou um elemento central e foi mais uma vez colocada como problema global que demanda soluções desta mesma escala.

Passados 20 anos da Rio 92, os mesmos problemas persistiam, porém em escala ainda maior devido ao aumento da complexidade das sociedades. Os Estados passavam por grandes

dificuldades para colocar em prática os compromissos assumidos tanto pela diversidade de seus interesses quanto pelos obstáculos em internalizar ações pensadas no âmbito internacional (OLIVEIRA, 2012).

É nesse cenário que acontece a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, entre 20 e 22 de Junho de 2012 no Rio de Janeiro, também conhecida como Rio+20. Dela participaram 105 representantes em nível de Chefe de Estado e de Governo e os principais temas discutidos foram economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Muitos Estados ainda se recuperavam de uma grande crise econômica ocorrida em 2008, mas o alto grau de representatividade demonstra que o compromisso com a multilateralidade não havia sido fortemente abalado (LAGO, 2013).

A Declaração resultante da conferência intitulada “O Futuro que Queremos” foi aprovada por consenso e teve o Brasil como um dos atores mais engajados na sua elaboração, desde muito antes da conferência. Mais uma vez foram afirmados os princípios da Rio 92, inclusive o de responsabilidades comuns, porém diferenciadas que muitos países desenvolvidos haviam demonstrado discordância no período entre conferências. O tema “economia verde” foi bastante debatido e, segundo Lago (2013), o documento:

Esclarece que a economia verde constitui uma entre as diversas ferramentas disponíveis para alcançar o desenvolvimento sustentável e, não, um conjunto fixo de regras a serem adotadas por todos (LAGO, 2013 p. 173).

Economia verde é um termo que já vinha sendo utilizado antes do evento e nesse momento se tornou uma substituição ao “ecodesenvolvimento”, entretanto, sempre esteve submerso em muitas dúvidas entre seu conceito e o de desenvolvimento sustentável (DS). Na Declaração, o tema foi abordado como modo de associar o DS a todos os setores da economia e da sociedade, a fim de que a sustentabilidade socioambiental se torne um elemento primário à coletividade (PNUMA, 2012). Em linhas gerais, suas contribuições podem ser resumidas da seguinte forma:

A economia verde deve contribuir para a erradicação da pobreza e para o crescimento econômico sustentável, reforçar a inclusão social, melhorando o bem estar humano, e criar oportunidades de emprego e trabalho digno para todos, mantendo o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra (PNUMA, 2012, p. 11).

Os três pilares previamente mencionados do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) foram enfatizados e traduzidos nas principais proposições da Declaração, que tratam da erradicação da pobreza, mudanças nos padrões de consumo e produção e a uma melhor gestão dos recursos ambientais (PNUMA, 2012).

A Rio+20 foi o berço dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), oficialmente aprovados e lançados em 2015, que serão abordados ainda nessa seção. Nesse mesmo ano entre 30 de novembro e 11 de dezembro aconteceu em Paris, França, a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a 11ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto. Um dos maiores avanços foi o acordo histórico firmado entre os países de que necessariamente todos os 195 membros deveriam unir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C, tendo validade a partir de 2020 (BBC, 2015)⁹.

Muitas vezes acordos internacionais ambientais são feitos, entretanto, para Le Prestre e Martimort-Asso (2009), os Estados encontram obstáculos para colocá-los em prática. Por exemplo, eles podem ser pouco coordenados entre si, e algumas vezes, contraditórios. Essa multiplicidade de acordos, que muitas vezes atuam na mesma questão, faz com que eles não estejam em sintonia e não consigam se aliar uns aos outros. Existe também incoerência pelo fato de algumas delegações adotarem posições contraditórias em diferentes acordos, por diferenças entre os próprios chefes de delegação e pela mudança dos fatores internos de cada Estado no decorrer do tempo. É importante ressaltar que a fragmentação não necessariamente será sempre um fator negativo, pois muitas vezes ela pode representar multiplicidade na resolução dos conflitos. O caso dos acordos ambientais é que possui uma abordagem diferenciada, pois nele ainda não há consenso com relação às suas normas e regras, como acontece em outros regimes.

Tendo esses preceitos teóricos como base, mostraremos algumas das agências de cooperação internacional que possuem elementos constitutivos do desenvolvimento sustentável e que apresentam alguns avanços nesse tema. A Organização das Nações Unidas possui diversas agências e muitas delas vêm trabalhando em conjunto na associação entre economia, meio ambiente e sociedade, ou seja, na promoção do desenvolvimento sustentável.

Um dos principais órgãos da ONU desde sua criação em 1945 é o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) que após a resolução 68/1 da Assembleia Geral incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável formulado em seguida ao

⁹ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212_acordo_paris_tg_rb>. Acesso em: 10/09/15.

Relatório Brundtland e atualmente o tem como principal objetivo a ser atingido. É um ambiente que busca acompanhar as metas instituídas em acordos internacionais e promover o debate e o pensamento inovador, sendo constituído por diversas entidades da ONU, incluindo comissões regionais, funcionais e agências especializadas (ECOSOC, s.a.)¹⁰.

Anualmente o ECOSOC define um tema relacionado ao desenvolvimento sustentável para tratar com seus parceiros e incentivar ações políticas que conectem o âmbito social, econômico e ambiental. Seu *High-Level Segment* possui o *High-Level Political Forum* que fornece liderança política, orientação e recomendações para o desenvolvimento sustentável e analisa os progressos realizados na implementação de compromissos firmados previamente. Já o *Development Cooperation Forum* analisa os progressos e tendências para esse aspecto (ECOSOC, s.a.).

Existe também, sob tutela da ONU, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) estabelecido em 1972 com a finalidade de ser a maior autoridade multilateral que visa promover a conservação e o uso inteligente dos recursos naturais. Sua sede se situa em Nairóbi, Quênia, e o órgão possui uma rede de escritórios regionais que atuam como rede de monitoramento das políticas ambientais em diversos países. Dentre suas principais atividades estão as de engajar diferentes setores da sociedade como empresas, ONGs, governos e acadêmicos em alertar nações sobre problemas ambientais e buscar soluções para melhorar a qualidade de vida das populações sem comprometer gerações futuras (PNUMA, s.a.)¹¹.

As principais áreas de atuação do PNUMA são o acesso à biodiversidade, produção e consumo sustentáveis, emissão de gases de efeito estufa, substâncias poluentes e turismo sustentável. Com relação ao desenvolvimento sustentável a organização reafirma a impossibilidade de separação entre meio ambiente e questões econômicas, e assegura manter relações com governos, instituições privadas e demais agências da ONU para transformar os acordos firmados em ações práticas. Além disso, participa de conferências e cúpulas internacionais para adoção de novos acordos que garantam uma base legal para resolução de problemas ambientais internacionais (PNUMA, 2016)¹².

Abreu *et al* (2012) apontam as principais críticas às ações do PNUMA, que muitas vezes encontram limitações em suas políticas por conta da soberania intrínseca aos Estados e pela diversidade de interesses em suas agendas. Isso ocorre por conta da percepção de que até

¹⁰ Disponível em: <<https://www.un.org/ecosoc/en/about-us>>. Acesso em: 15/09/16.

¹¹ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/>>. Acesso em: 16/09/16.

¹² Disponível em: <<http://web.unep.org/regions/brazil/other/governan%C3%A7a-ambiental>>. Acesso em: 16/09/16.

hoje muitas vezes interesses econômicos se sobrepõem aos ambientais e desse modo a organização encontra barreiras para colocar em prática suas medidas. Os autores apontam também o fato de ter sido criado como Programa e não como uma agência independente como elemento que limita sua capacidade de gerenciamento por tratar de um tema tão amplo. Enfatizam que a instituição foi criada desse modo por conta das limitações orçamentárias à época (1972), mas que houve uma reforma institucional premeditada na Rio+20 que ampliou suas capacidades mas ainda não supre todos as lacunas.

Existe também o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), sendo uma das principais agências voltadas ao combate à pobreza e desenvolvimento humano. Como nas demais agências, a busca pelo desenvolvimento sustentável está presente no discurso da organização desde as últimas décadas e vem se inserindo também em suas políticas. Em setembro de 2000 foram estabelecidos pela ONU juntamente com 191 Estados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) através da Declaração do Milênio organizada com apoio do PNUD (PNUD, s.a.)¹³.

Os objetivos estabelecidos foram: acabar com a fome e a miséria; oferecer educação básica de qualidade para todos; promover igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a AIDS, a malária e outras doenças; garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Muitas ações já vinham sendo executadas para combater esses problemas a partir das últimas décadas do século XX, mas os ODM foram uma forma de engajar Estados e sociedades em medidas comuns e também de fazer as populações tomarem conhecimento dessas políticas (ONU, 2015).

As metas estabelecidas tinham prazo até 2015 e de acordo com o relatório oficial divulgado nesse mesmo ano para avaliação dessas políticas o resultado foi positivo, ainda que nem todas tenham sido cumpridas. Apesar de o desenvolvimento sustentável ser bastante abrangente e incluir diversos aspectos da vida em sociedade, apresentaremos apenas os principais resultados relativos aos objetivos de acabar com a fome e a miséria e o de garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, como forma de exemplificar os avanços obtidos por serem alguns dos temas mais abrangentes. Esses pontos também serão úteis nas próximas seções desse trabalho (ONU, 2015).

Com relação ao primeiro, é afirmado no relatório que em 1990 a pobreza extrema em países em desenvolvimento era de 47% e chegou a 14% em 2015, correspondendo a 1,9

¹³ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/pnud/>>. Acesso em: 15/10/16.

bilhões de pessoas na primeira data e 836 milhões na segunda. Além disso, a quantidade de pessoas subnutridas na mesma região caiu pela metade, indo de 23,3% em 1990 para 12,9% em 2015 (ONU, 2015).

No que diz respeito à garantia da sustentabilidade ambiental, é dito que 1,9 bilhões de pessoas passaram a ter acesso à água potável desde 1990 e 98% das substâncias que degradam a camada de ozônio foram eliminadas. Do mesmo modo, houve grande aumento nas áreas terrestres e marinhas protegidas, garantindo uma maior sobrevivência dos ecossistemas. Outro indicador apontado é o de que em todo o mundo, 2,1 milhões de pessoas passaram a ter acesso ao saneamento básico e a população urbana em favelas caiu de 39,4% em 2000 para 29,7 em 2014 (ONU, 2015).

Apesar dos indicadores da ONU mostrarem um cenário positivo e a obtenção de avanços, a totalidade de questões delineadas em 2000 não foi atingida. Nesse cenário, os ODM foram avaliados e seu legado se transformou em novos objetivos, dessa vez incluindo a sustentabilidade como tema principal. Chefes de Estado e de governo se reuniram em Nova York em setembro de 2015, ocasião em que foi firmada a Agenda 2030 e a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). São 17 Objetivos e 169 metas que deverão ser cumpridas num prazo de quinze anos e visam alcançar problemas que não foram sanados pelos ODM (ONU, 2015). Os Objetivos estão descritos na figura 1.

Figura 1 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Itamaraty¹⁴

¹⁴ Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em 15/10/16.

A Agenda 2030 ou Agenda Pós-2015 coloca a erradicação da pobreza como Objetivo mais importante e que deve ser prioridade absoluta. O ECOSOC como agência de grande alcance dentro da instituição é um dos responsáveis pela disseminação dos Objetivos nos demais setores da ONU (ONU, 2015). Além disso, diversas agências e organizações internacionais também incorporaram essa medida em sua agenda, como acontece com o Banco Mundial, que será apresentado de forma mais específica no próximo capítulo.

Após discutirmos os principais pontos referentes ao surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável e sua propagação no sistema internacional, se torna visível a capacidade que as instituições possuem de auxiliar no processo de cooperação e entendimento entre os Estados. No caso do desenvolvimento sustentável, esse tipo de ação se torna ainda mais imprescindível, devido à multiplicidade de fatores envolvidos e à característica que o tema possui de não poder ser solucionado em regiões específicas, demandando ações conjuntas.

É importante ressaltar que existem muitas outras organizações internacionais que também utilizam elementos do desenvolvimento sustentável em suas políticas, além das que foram aqui mencionadas. Com base nessa discussão, no próximo capítulo apresentaremos uma importante organização internacional, o Banco Mundial. Além de seu surgimento e características institucionais, apontaremos como o referido tema foi inserido em sua agenda, percepções que nos proporcionarão uma melhor análise sobre o Projeto Cooperar no terceiro capítulo.

Capítulo 2: O Banco Mundial

O Banco Mundial é a instituição internacional catalisadora do desenvolvimento. Para compreendermos seu papel no desenvolvimento sustentável dentro do Projeto Cooperar, deve-se primeiro observar brevemente sua história, estrutura e como o tema foi inserido em sua agenda ao longo dos anos. Desse modo, poderemos embasar sua participação no projeto ocorrido na Paraíba.

2.1. Surgimento

Ainda durante a II Guerra Mundial, em Julho de 1944, 44 nações se uniram para uma conferência, realizada em Bretton Woods nos Estados Unidos, para discutir planos econômicos a fim de estabelecer uma maior cooperação que viesse a evitar futuras guerras. A ideia da nova paz seria guiada pelas premissas de um livre mercado, no qual mercadorias circulariam livremente, sob as regras de novas instituições internacionais (PEET, 2009).

Liderados pelos Estados Unidos e Reino Unido, os Estados iniciaram a criação de três organizações, o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma possível Organização de Comércio Internacional que se concretizou com o Acordo Geral de Tarifas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), posteriormente conhecido como Banco Mundial (PEET, 2009).

A conferência foi presidida por Henry Morgenthau e sua organização foi dividida em três comissões. A primeira foi comandada por Harry White (assessor do Tesouro dos EUA) e tinha como principal foco a elaboração do acordo referente ao FMI. A segunda comandada por John Maynard Keynes (assessor principal do Tesouro britânico) dedica-se ao novo banco, enquanto a terceira, liderada por Eduardo Suárez (Secretário da Fazenda e Crédito Público no México), buscava novos meios de cooperação econômica (PEREIRA, 2012).

As discussões nesse contexto tiveram como foco a criação do FMI, tendo o BIRD ficado encarregado da possível reconstrução europeia no período do pós-guerra. Pouco foi mencionado sobre a possibilidade de que o Banco pudesse atuar também em países mais pobres como instrumento de redução da pobreza, principal papel executado por ele atualmente (PEET, 2009).

As propostas referentes às futuras instituições começaram a ser idealizadas muito antes da conferência. Em 1943, Keynes e White já debatiam sobre o papel que o banco poderia desempenhar mediante o comércio internacional e embora Keynes vislumbrasse a criação de um “banco central internacional”, a proposta não teve força suficiente para se tornar realidade. É válido ressaltar que, em 1942, nos primeiros rascunhos de White sobre o banco, o desenvolvimento não constava em seu nome, apenas quando a proposta passou a circular entre os representantes dos Estados esse termo passou a fazer parte da nomenclatura (PEREIRA, 2012).

O contexto da guerra e o enfraquecimento das economias europeias fez com que, durante a Conferência, os EUA se responsabilizassem pela maior parte dos planos para construção do Banco, visto que seria o país com maior capacidade de investimento após a guerra. Imediatamente após sua criação, o Banco possuía a função primordial de atuar na reconstrução da Europa devido às perdas da região ocasionadas pela II Guerra Mundial. Entretanto, na prática, o Banco não foi a principal instituição a atuar para esse fim, visto que o modelo de cooperação econômica, por meio de organizações multilaterais, era novo para os Estados e ainda existia certo grau de desconfiança por parte deles em aplicar os seus recursos (PEREIRA, 2012).

Dado o entendimento da criação do Banco Mundial, na próxima seção iremos explicar sobre sua estrutura organizacional, a fim de compreendermos seu funcionamento e participação no sistema internacional como instituição multilateral.

2.2. Estrutura organizacional

O Grupo Banco Mundial é dividido em cinco instituições especializadas. O BIRD é a primeira delas em ordem de criação e atua como banco em si, responsável por empréstimos e serviços consultivos. Ele toma empréstimos a juros baixos pela venda de títulos nos mercados dos países desenvolvidos e empresta aos subdesenvolvidos a juros de “quase mercado”¹⁵ (PEET, 2009).

Atua principalmente em países de renda média financiando projetos e fornece suporte técnico por meio de consultorias a governos nacionais e subnacionais. O BIRD afirma manter

¹⁵ A noção de “quase mercado” diz respeito à inserção da lógica do setor privado no setor público e ao estabelecimento de contratos de qualidade entre prestadores de serviço e consumidores (cf. PIRES; AMARAL; LUMERTZ. 2007. p. 7).

bons rendimentos que cobrem suas despesas de funcionamento e alega já ter fornecido mais de US\$ 500 bilhões em empréstimos desde sua criação em 1946 (BIRD, s.a.)¹⁶.

A Associação Internacional do Desenvolvimento (AID), criada em 1960, tem como principal foco a redução da pobreza e disponibiliza crédito em condições mais favoráveis do que as do BIRD, pois nesse caso o recurso provém de doações e lucros do BIRD, e direcionam-se aos países com maior dificuldade econômica (SANTOS JUNIOR, 2010). Juntas, essas duas instituições representam o Banco Mundial em si (PEET, 2009) e para fins deste trabalho, quando fizermos menção ao Banco Mundial estaremos nos referindo a esta parte específica do Grupo.

A Corporação Financeira Internacional (CFI), criada em 1956, focaliza no setor privado e representou a expansão do capital internacional do Grupo, devido à sua finalidade de diversificar o financiamento do Banco. Até o momento anterior à sua criação, os projetos eram custeados primordialmente por meios governamentais e surgiu a necessidade desse investimento privado (LICHTENSZTEJN; BAER (1987) *apud* SANTOS JUNIOR, 2010).

Atua em diversos setores da economia, principalmente em infraestrutura, fabricação, agronegócio, serviços e mercados financeiros. Atualmente a CFI estimula o empreendedorismo e a constituição de negócios sustentáveis, operando também como financiador de pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas. Além do investimento financeiro, proporciona direcionamento técnico buscando oferecer soluções para clientes em países subdesenvolvidos aos desafios econômicos que encontram (CFI, s.a.)¹⁷.

O Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI), criado em 1966, é responsável pela conciliação e arbitragem em disputas relacionadas aos investimentos. Cada Estado membro possui um assento no Conselho de Administração para tratar de questões referentes à estrutura interna organizacional e os casos individuais são resolvidos pelo Secretariado, constituído por setenta profissionais. Afirma-se que essa divisão ocorre para garantir a imparcialidade das decisões e um melhor funcionamento desse mecanismo (CIADI, s.a.).¹⁸

Por fim, a Agência Multilateral para Garantia de Investimentos (AMGI) desde 1988 promove investimentos estrangeiros em países subdesenvolvidos a fim de apoiar o crescimento econômico e reduzir a pobreza nesses países oferecendo seguros e garantias a

¹⁶ Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about/what-we-do/brief/ibrd>>. Acesso em: 15/08/16.

¹⁷ Disponível em: <http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/corp_ext_content/ifc_external_corporate_site/solutions/solutions>. Acesso em: 15/08/16.

¹⁸ Disponível em: <<https://icsid.worldbank.org/apps/ICSIDWEB/about/Pages/Structure.aspx>>. Acesso em: 15/08/16.

esses investidores como forma de atrair capital estrangeiro. Os projetos apoiados pela AMGI devem condizer com alguns critérios que os caracterizem como ambientais e socialmente sólidos para que a agência possa proteger os investimentos contra vulnerabilidade a fatores externos (AMGI, s.a.)¹⁹.

As principais instâncias administrativas do Grupo são o Conselho de Governadores, os Diretores Executivos, o Presidente e os demais funcionários e pessoal necessários à execução de suas atividades. O atual Presidente do Grupo é Jim Yong Kim, no cargo desde 2012 sendo o 12º desde sua criação. Atualmente constituído por 189 Estados membros, o Conselho de Governadores²⁰ atua como forma de representação desses. São os formuladores diretos de políticas dentro da instituição e na maioria das vezes são ministros do desenvolvimento ou das finanças dos países membros. Eles se reúnem uma vez por ano nas Reuniões Anuais das Assembleias de Governadores do Grupo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (WORLD BANK, s.a.)²¹.

O sistema de votação ocorre de forma ponderada e todos os membros do FMI podem se tornar membros do Banco. Aqueles que possuem esse interesse, no ato de solicitação de entrada no Fundo devem fornecer dados de sua economia, informações que serão comparadas às dos demais países membros, principalmente aqueles de situação econômica semelhante. Com base nessa comparação, é então estabelecido o peso do voto daquele novo membro. Cada um dos novos membros possui 250 votos, mais 1 adicional para cada ação que possuir no capital social do Banco (WORLD BANK, s.a.)²².

Para os países membros, são alocados votos no momento da adesão e, posteriormente, para as subscrições adicionais ao capital. Votos são alocados de forma diferente em cada agência, e resultam em diferentes poderes de voto de acordo com a finalidade dela e com a capacidade financeira de cada Estado (WORLD BANK, 2016).

Com base no conhecimento da estrutura organizacional do Banco, na próxima seção poderemos analisar a trajetória de seus objetivos e ponderar sobre as mudanças em seu

¹⁹ Disponível em: <<https://www.miga.org/who-we-are>>. Acesso em 20/08/16.

²⁰ Os Governadores delegam tarefas específicas aos Diretores do Conselho Administrativo. A divisão de tarefas ocorre de modo que os cinco maiores acionistas nomeiam o Diretor Executivo enquanto os demais membros são representados por Diretores Executivos eleitos. O grupo de Diretores mais o Presidente constituem o Conselho de Diretores (ou Conselho Administrativo), que se reúne no mínimo duas vezes por semana para discutir a aprovação de novos empréstimos e garantias, novas políticas e decisões financeiras em geral. Dentro do Conselho o Presidente não possui direito de voto, exceto em casos de empate. Conforme os procedimentos explicitados nos Artigos de Acordo da instituição os Diretores selecionam o Presidente do Banco, que também é Presidente do Conselho. Os Diretores individualmente não possuem qualquer poder e nem podem representá-lo pessoalmente, a menos que solicitado pelo Conselho. O primeiro Conselho do Banco contou com quatorze membros, entretanto, em 2010 houve a última expansão para vinte e cinco (WORLD BANK, 2016).

²¹ Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about/leadership/directors>>. Acesso em: 21/08/16.

²² Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/about>> Acesso em: 21/08/16.

discurso, na medida em que o modo de propagar o desenvolvimento foi transformado no sistema internacional e nas agendas organizacionais.

2.3. Transição do foco: do Desenvolvimento Econômico para o Sustentável

O Banco Mundial se consolidou como financiador de projetos desenvolvimentistas depois que os EUA diminuíram o foco em ajuda externa, na década de 50, voltando para o desenvolvimento econômico em países periféricos (OLIVEIRA, 2014). “Para o Banco, o crescimento econômico levaria, por conseguinte, ao bem-estar social e a mudanças nos estilos de vida” (SANTOS JUNIOR, 2010, p. 79). Ainda nessa década o Banco possui um viés mais economicista pautado em empréstimos que melhorariam a situação de infraestrutura dos países e aumentaria sua produtividade, mas sem financiar políticas públicas, e a variável de mensuração do desenvolvimento do país era seu PIB per capita (OLIVEIRA, 2014).

Na década de 60 houve o início do financiamento às políticas públicas, mas ainda como um meio secundário de ajudar os países periféricos. Essa situação só foi fortemente modificada entre 1968 e 1981, período em que Robert McNamara foi Presidente da instituição. Apesar de, durante esse período, haver maior enfoque nas políticas públicas, elas sempre eram voltadas ao mesmo fim da fase anterior, o crescimento econômico (OLIVEIRA, 2014).

Em 1968 houve a publicação do documento “*Partners in Development*”²³ criado pela Comissão de Desenvolvimento Internacional presidida por Lester B. Pearson, a pedido de Robert McNamara, analisando o desenvolvimento econômico no mundo. O documento ficou conhecido como Informe Pearson e apresentou novas propostas para a cooperação internacional, sendo de grande importância para novas diretrizes sobre ajuda externa entre países. Um dos principais argumentos do Informe era o de que a ajuda externa era uma obrigação moral dos países desenvolvidos e uma forma de reafirmar a interdependência dos povos na comunidade internacional (COX, 1973).

Por conta do Informe Pearson, percebe-se a necessidade em contribuir para que a população pobre tenha melhores condições de vida, para que possam se integrar à sociedade e se tornar força de trabalho eficiente, ações que resultariam no crescimento econômico da nação. Um aspecto importante e que representou um desafio a essa estratégia foi o controle

²³ Parceiros no Desenvolvimento.

demográfico (OLIVEIRA, 2014). Além disso, sobre o Informe Pearson, Santos Junior (2010) afirma:

A agricultura, um dos pontos chave abordados pelo Informe Pearson, foi a área que teve o maior crescimento no número de empréstimos realizados durante a presidência de McNamara. Porém, a exemplo do período anterior, estes investimentos foram destinados primordialmente para as grandes empresas rurais, em detrimento dos pequenos produtores. Esta situação pode ser explicada pelo fato de que neste setor a prioridade do BIRD era aumentar a produtividade da terra e não do trabalho. Com isto, as intervenções financiadas iam ao sentido de fomentar técnicas avançadas, semelhantes às utilizadas pelos países ricos, visando modernizar a produção agrícola (SANTOS JUNIOR, 2010, p 26).

Na década de 80, após a gestão de McNamara, as ações do Banco passam a abranger aspectos necessários à superação do subdesenvolvimento para além das questões de produtividade, pois as economias estavam abaladas pelos recentes choques do petróleo. A competitividade das indústrias no sistema internacional se torna fator de grande importância. Já no final da década, em 1989, ocorre o Consenso de Washington no qual o neoliberalismo, a diminuição das intervenções estatais na economia e abertura comercial se tornam os principais guias econômicos para países periféricos. O resultado foi bastante insatisfatório, principalmente na América Latina. O que ocorre é o aumento da pobreza, visto que a estratégia não estava se mostrando eficiente dentro do contexto econômico do sistema internacional (SANTOS JUNIOR, 2010).

Segundo Vieira (2008), um marco extremamente importante para a entrada do desenvolvimento sustentável no discurso do Banco é percebido em 1992. O autor afirma que no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 o Banco menciona com frequência o fator da redução da pobreza como gerador do desenvolvimento.

Já no Relatório de 1992, o tema principal é o desenvolvimento e o meio ambiente e o tópico do crescimento populacional é enfatizado, fazendo uma relação direta entre pobreza e degradação ambiental. Vieira (2008) afirma: “para o Banco Mundial, a pobreza se configura como a variável principal que explica o crescimento dos problemas ambientais, o que nos permite concluir sobre quem são os grandes responsáveis pelos problemas ecológicos atuais” (VIEIRA, 2008, p. 114).

Deste modo, o Banco afirma que o alívio da pobreza conseqüentemente gerará a sustentabilidade ambiental e nos anos seguintes se torna possível observar com clareza a mudança de tendência das ações da instituição para os países em desenvolvimento. Além disso, outro elemento presente nesse discurso é o desenvolvimento com inclusão das

comunidades mais pobres, por meio de sua participação ativa nos projetos locais (VIEIRA, 2008).

Serrano (2000) alega que o Banco Mundial foi uma das organizações que mais questionou as medidas estabelecidas pelo “consenso”, pois apesar de também ser uma instituição que pode ser entendida sob a representatividade da nomenclatura “Washington” nesse contexto, o consenso não foi exatamente obtido. Serrano (2000) menciona argumentos de Joseph Stiglitz, então Economista Chefe do Banco que afirmou em 1999 que muitas das políticas do Consenso eram necessárias, porém, não eficientes, e outras, nem mesmo necessárias. O economista aponta também que as medidas possuíam como meta o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, mas que a redução da pobreza vai além do PIB e inclui elementos do desenvolvimento social que não podem ser ignorados.

Por essas razões, o período pós Consenso de Washington é extremamente importante para mudanças nos paradigmas econômicos predominantes. O fato das medidas adotadas representarem grandes perdas para os países que as colocaram em prática gerou neles uma crise econômica de grande impacto, provocando um questionamento desse modelo (BANDEIRA, 2002). Simultaneamente a esse processo, ocorriam no sistema internacional discussões acerca dos modelos de desenvolvimento mais adequados e o aumento na relevância dos elementos sociais e ambientais nesse aspecto, como apresentado no capítulo anterior.

Alicerçado nessa mudança de discurso, o Banco passa por um período de modificação nos modelos de seus projetos. A partir dos anos 2000 sua abordagem é alterada e passa a apresentar o discurso de que cada país possui contextos e fatores diferentes, e as estratégias de desenvolvimento devem adequar-se a elas. Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) criados em 2000 também foram fundamentais para que mudanças no Banco Mundial (BM) ocorressem e para que ele colocasse o bem-estar das populações mais pobres em uma posição menos secundária do que em períodos anteriores (SANTOS JUNIOR, 2010).

No que diz respeito aos ODM, o Banco incorporou os oito objetivos e declarou plena identificação com eles. Financiou diversos projetos que faziam parte dessa iniciativa, e no tocante ao objetivo relacionado ao desenvolvimento sustentável seus projetos buscavam investir em energia limpa, fazer melhorias de infraestrutura, aumentar o acesso ao saneamento, oferecer assistência técnica e promover soluções baseadas nos ecossistemas (BANCO MUNDIAL, 2016).

Com a substituição dos ODM pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), seguiu afirmando seu compromisso com ambiente e sociedade, e em seu discurso

ênfatiça que tais objetivos não serão atingidos caso os métodos usuais de produção e consumo sejam perpetuados. Mais uma vez se apresenta como órgão para financiamento de iniciativas que ratifiquem esses projetos, e juntamente com outros órgãos de ajuda externa afirma que os investimentos devem ser aumentados de bilhões (como aconteceu com os ODM) para trilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2015). Segundo a ONU, o Banco possui atualmente um papel de grande importância para o desenvolvimento dos países:

O Grupo Banco Mundial (...), é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos e doações aos 187 países-membros (ONU BRASIL, 2016. s.p.)²⁴.

O Banco divulga Relatórios Anuais direcionados a todos aqueles que tenham interesse em conhecer mais as ações e discursos do Banco, e tem por objetivo demonstrar como BIRD e o AID trabalham em conjunto para atingir suas metas, sendo a mais atual a de erradicar a pobreza extrema até 2030, assim como foi estabelecido em 2015 com os ODS (BLOG DO BM, 2016)²⁵.

Ao analisar os relatórios anuais do Banco, percebemos que o termo Desenvolvimento Sustentável foi mencionado pela primeira vez em 1989, apontando a propagação da discussão sobre esse conceito em fóruns internacionais. Nos anos seguintes o mesmo ocorre, o termo passa gradativamente a ser mencionado com maior frequência e em 1993 possui uma maior participação devido à criação da Agenda 21. A partir de 1994 passa a existir uma pequena seção voltada ao tópico, já em 1999 diversas seções apresentam tópicos direcionados a ele. Finalmente em 2000 ganha uma seção própria e a partir de então a participação segue crescendo, tendo se tornado elemento essencial no discurso da instituição.

De acordo com o Relatório referente a 2015, o financiamento para o desenvolvimento geralmente se dá da seguinte forma: os recursos internos, como mencionados previamente, são a maior fonte de investimentos e projetos realizados pela instituição; US\$ 135 bilhões são proporcionados anualmente pela comunidade global de desenvolvimento; o financiamento do setor privado é registrado como US\$ 400 bilhões de remessas em 2013 e US\$ 778 bilhões foram provenientes de investimento estrangeiro direto (BANCO MUNDIAL, 2016).

O Relatório conta também com uma seção direcionada a apresentar como as instituições do Banco contribuíram com a condução ao crescimento econômico em países de

²⁴Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/banco-mundial/>>. Acesso em: 27/09/16.

²⁵Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/voices/help-us-choose-our-2016-annual-report-cover>>. Acesso em: 27/09/16.

todos os continentes, por meio da geração de empregos, construção de estradas, benefícios a empresas por meio de serviços financeiros e empréstimos comerciais a empresas emitidos por clientes da AMGI. Além disso, são mencionadas também a promoção da inclusão e a garantia da sustentabilidade em suas atividades. A inclusão trata da assistência de saúde levada à população, assistência a agricultores, acesso à eletricidade e benefícios educacionais (BANCO MUNDIAL, 2015).

Sobre a garantia da sustentabilidade, é dito que o BIRD com a AID são responsáveis pela redução da emissão de 41 milhões de toneladas de equivalentes de CO₂ com o auxílio de equipamentos climáticos especiais, o CIF pela redução de 9,7 milhões de toneladas de emissões de gases do efeito estufa e pela AMGI o recebimento de acesso à água potável por parte de 4 milhões de pessoas (BANCO MUNDIAL, 2015).

Com o entendimento da importância da preservação dos recursos naturais e enfrentamento das mudanças climáticas se tornando cada vez mais comum dentro das organizações internacionais nos últimos anos, o Banco Mundial também apresenta argumentos nesse sentido em seu Relatório. “Em todo o seu trabalho, o Grupo Banco Mundial procura reforçar a gestão dos recursos naturais, reduzir o ônus da poluição, garantir a segurança alimentar e ajudar os países a tomarem decisões bem informadas e sustentáveis sobre o desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 20).

O Banco aponta como maior desafio ao desenvolvimento sustentável a questão da mudança no clima. É uma ameaça que afeta todos os seres vivos do planeta e pode ser mais um obstáculo para o objetivo maior da instituição sobre a erradicação da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2015). Seus esforços nesse campo se dão em cinco principais áreas:

(...) construir cidades de baixo carbono e resilientes ao clima; promover agricultura inteligente em matéria de clima e incentivar a restauração da paisagem florestal; acelerar a eficiência energética e o investimento em energia renovável; apoiar o trabalho para pôr fim a subsídios a combustíveis fósseis; e estabelecer o preço do carbono a fim de conseguir preços corretos para a redução das emissões (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 20).

Projetos do Banco que visam à redução da pobreza em países subdesenvolvidos são cada vez mais comuns, e em sua agenda se torna cada vez mais presente o elemento do desenvolvimento sustentável. Nos próximos tópicos apresentaremos alguns deles.

- Redução da emissão de gases poluentes

O programa Gestão da Poluição e Saúde Ambiental tem como foco a redução da poluição do ar, da terra, dos recursos hídricos e seus impactos sobre a saúde e está presente principalmente em países que se industrializaram de forma mais rápida, como China, República Árabe do Egito, Índia, Nigéria e África do Sul. A melhoria na governança nesses setores também tem como finalidade o possível aumento de investimentos por parte do setor privado, no momento em que essa atividade estiver mais consolidada e representar menor risco aos investidores (BANCO MUNDIAL, 2015).

Para compensar as emissões realizadas pela própria instituição em suas atividades burocráticas o Banco compra compensações para emissões de fins corporativos que não podem ser reduzidos, sendo elas os créditos de Redução Certificada de Emissões e Redução Voluntária de Emissões para instalações e viagens e Certificados de Energia Renovável para cobrir o consumo de energia elétrica (BANCO MUNDIAL, 2015).

- Mudanças climáticas

As questões climáticas também são tratadas na instituição pelo programa de títulos verdes, no qual o Banco financia projetos para desenvolvimento de energia renovável. No Nepal, por exemplo, vêm sendo executados projetos com micro usinas hidrelétricas²⁶ que fornecem energia limpa e renovável, e, em Ruanda, ocorre a distribuição de lâmpadas fluorescentes compactas que consomem menos energia (BANCO MUNDIAL, 2015).

Em relação aos compromissos firmados durante a COP21 no acordo sobre mudanças climáticas para reduzir a emissão de gases poluentes e adaptação às mudanças no clima, o Grupo Banco Mundial já possui acordos com mais de 130 dos países participantes se apresenta como elemento essencial de auxílio. Ele vem finalizando o Plano de Ação da Mudança do Clima, que busca facilitar o financiamento, assistência técnica e conhecimento oferecidos pelo Banco para a adaptação de sua economia a essa necessidade climática (BANCO MUNDIAL, 2015).

Em 2016 o Banco lança uma plataforma denominada Ação Climática para a Sustentabilidade Urbana que visa ajudar cidades na busca por desenvolvimento sustentável. Ela se propõe a aumentar a informação disponível sobre a emissão de gases poluentes nas

²⁶ “As micro usinas ou mini centrais hidrelétricas, produzem eletricidade utilizando o potencial hidráulico existente em um rio, ou seja, convertem a vazão da água em energia elétrica. A energia produzida é renovável e o processo não emite gases poluentes, e esta solução ainda é vista com bons olhos nos dias de hoje visto que há retorno financeiro” (SANTOS, 2016 s.p.).

idades e a apresentar soluções viáveis e com o menor custo possível para redução dessa emissão. Buenos Aires foi a primeira cidade a utilizar esse serviço, mas é necessário algum tempo de execução do projeto para que sua eficácia possa ser avaliada (ONU BRASIL, s.a.)²⁷.

- Agricultura

Os impactos esperados para a agricultura incluem uma perspectiva de aumento pela demanda de alimentos em áreas de redução das safras e aumentos acima de dois graus centígrados na temperatura. Esse fator demanda uma gestão mais inteligente dos recursos na agricultura para que a produtividade seja afetada de forma mais branda. Projetos na Costa do Marfim impulsionam a produção do arroz por meio de ajuda técnica e fornecimento de novas técnicas, já na Tanzânia o objetivo é melhorar o planejamento urbano e agrícola, também avaliando a vulnerabilidade de seus recursos (BANCO MUNDIAL, 2015).

Outra ação atualmente sendo executada é o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável no Rio de Janeiro aprovado em 2012 que tem como principais beneficiários cerca de 47 mil agricultores de 72 municípios do estado, que receberão financiamento adicional de US\$100 milhões da instituição. De acordo com Deborah L. Wetzel, Diretora do Banco Mundial para o Brasil, “Este projeto apoiará os processos de transição dessas importantes comunidades rurais para um sistema de produção ecológico e eficiente, promovendo assim a inclusão social” (BANCO MUNDIAL, 2012 s.p.).

De modo geral, o que se percebe com base nas análises demonstradas é que a inserção do desenvolvimento sustentável na agenda do Banco é um fenômeno relativamente novo e ainda em processo de transição. Essa mudança de foco pode estar acontecendo, mas há muito que avançar. Para ilustrar como o tema entra na agenda na medida em que as necessidades locais de redução da pobreza vão sendo sanadas, no capítulo seguinte, utilizaremos o caso do Projeto Cooperar, que vem sendo implementado no estado da Paraíba.

²⁷ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/banco-mundial-lanca-ferramenta-para-ajudar-cidades-na-busca-por-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 18/09/16.

Capítulo 3: O Caso do Projeto Cooperar

O Cooperar é um projeto de cooperação internacional firmado entre Governo do Estado da Paraíba e Banco Mundial, inserido em uma política pública de grande abrangência do BIRD e que tem como foco o combate à pobreza rural no nordeste. O projeto consiste em vários financiamentos do Banco geridos por entes do governo. Para que possamos analisar o papel do desenvolvimento sustentável nessa política, primeiramente, exporemos de forma breve a trajetória do projeto e as funções dos principais atores envolvidos. Em seguida, retomaremos o foco ao desenvolvimento sustentável e como ele é introduzido no projeto. Por fim, faremos considerações sobre a influência do Banco para a inserção desse tema na agenda do estado da Paraíba²⁸.

3.1. Trajetória do Projeto

O Projeto Cooperar, objeto de estudo deste trabalho, está atualmente em execução e é resultado de políticas sociais executadas pelo Banco Mundial no Brasil desde o fim do século XX. Na década de 1970, o Governo Federal criou uma estratégia de desenvolvimento que envolvia a criação de polos regionais. Do POLONORDESTE, como foi denominado o polo da região, resultou políticas desenvolvimentistas executadas com apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nas quais o Banco Mundial passou a financiar projetos de combate à pobreza (SOUZA, 2015).

O primeiro a ser realizado na Paraíba foi a Política de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI) entre os anos de 1978 e 1986. Foi elaborado e executado pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (CEPA-PB), e o contexto do estado à época era de uma população majoritariamente rural com alto índice de analfabetismo, além do saneamento básico nessas áreas ser quase inexistente (SOUZA, 2015). A década de 70, período no qual o projeto foi iniciado, é quando ocorre a Conferência de Estocolmo e a

²⁸ Algumas dificuldades foram encontradas para a execução deste trabalho no que se refere à disponibilidade de documentos. Em primeiro lugar, relativamente aos projetos mais antigos, a quantidade de documentos disponíveis é bastante limitada, principalmente na sede oficial localizada em João Pessoa. Em segundo lugar, no que diz respeito ao Projeto Cooperar III, que inicialmente seria mais detalhadamente exposto, sucedeu que a previsão de assinatura e início da execução determinada para agosto de 2016 não ocorreu e até o momento se encontra pendente na Assembleia legislativa brasileira, aguardando as assinaturas finais, não podendo assim ser divulgado para a sociedade civil.

divulgação do Relatório Brundtland, responsável pela criação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Segundo o Acordo de Projeto elaborado pelo Banco Mundial (1978), o valor total do projeto seria US\$ 30 milhões, sendo US\$ 24 milhões provenientes do BIRD e o restante dividido entre Governo Federal e estadual. O empréstimo seria destinado ao brejo²⁹ paraibano e a data para finalização do projeto era 30 de setembro de 1983, tendo o Banco Central do Nordeste sido designado como representante do mutuário em questões financeiras. O mutuário se tornou também responsável pelas consultas e qualificações das instituições locais essenciais à execução do projeto, como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), DER (Departamento de Estradas e Rodagens) e SUPLAN (Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento) (BANCO MUNDIAL, 1978).

O capital proveniente do Banco Mundial seria utilizado em cinco categorias, além de uma quantia que seria alocada de acordo com o necessário ao longo do projeto. As categorias eram produção agrícola e serviços (18%), produção não agrícola e serviços (2%), crédito (41%), infraestrutura (35%) e administração do projeto (4%) (BANCO MUNDIAL, 1978).

No que diz respeito aos serviços de produção agrícola, o projeto abrange não só o aumento no número de profissionais realizando as atividades, mas também sua capacitação e acompanhamento, expansão do marketing e capacidade de armazenamento da produção. Os serviços de produção não agrícola incluíam assistência técnica para empreendimento de pequena escala, contariam com oito novos profissionais e dois assistentes dentro da equipe, estes trariam técnicas mais avançadas a fim de melhorar a produtividade do local. O programa de crédito visava subsidiar os pequenos produtores e as estradas secundárias pretendiam integrar melhor a região, facilitando o transporte tanto de pessoas quanto de mercadorias (BANCO MUNDIAL, 1978).

Os recursos destinados à educação seriam utilizados para construir e equipar escolas primárias e cursos para artesãos. O suprimento à saúde ocorreria por meio da criação de vinte e cinco postos de saúde e saneamento básico, que seria executado pela CAGEPA. Por fim, o projeto visava à construção de cinquenta pequenos centros de comunidade e provisão dos serviços necessários por meio de dez novos agentes (BANCO MUNDIAL, 1978).

Apesar de ter sido planejado para finalizar em 1983, a execução foi estendida até 1986 e o valor de empréstimo inicial de US\$ 24 milhões foi reduzido para US\$ 16 milhões, tendo sido efetivamente utilizados aproximadamente US\$ 12 milhões. Durante a execução do

²⁹ Termo usado para definir áreas altas e úmidas de encostas voltadas para os ventos (LIMA, 2008, p. 14).

projeto e ao seu término, o Banco enviou comissões próprias para avaliação dos resultados obtidos na região. O relatório de avaliação do banco afirma haver brechas nos dados relativos à participação dos fazendeiros e às suas colheitas. Esse fato pode se dever ao baixo grau de institucionalização do projeto à época e ao baixo índice de desenvolvimento da região até então (BANCO MUNDIAL, 1989).

Os principais avanços relatados por ações do PDRI se referem à construção de estradas, escolas e aumento na produção agrícola local, ainda que não correspondente à quantidade planejada, visto que nem todo o recurso que seria destinado ao projeto foi efetivamente utilizado (BANCO MUNDIAL, 1989).

O projeto executado em seguida foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP). Delineado e implantado pela SUDENE, fazia parte do Projeto Nordeste, instituído pelo Decreto n ° 91.178 do Presidente José Sarney em 1 de Abril de 1985. Seu período de execução se deu entre os anos de 1987 e 1996, porém sua realização havia sido planejada para uma duração de quinze anos. Os principais objetivos do Projeto Nordeste consistiam em apontar as principais diretrizes de desenvolvimento social e econômico dessa região, particularizar as estratégias para o campo do desenvolvimento rural e urbano, melhorar a operacionalização delas e implementar os projetos prioritários de acordo com as diretrizes nacionais (PROJETO COOPERAR, 2016).

O PAPP teve como valor total do empréstimo US\$ 60 milhões. Representou o momento em que a estratégia de desenvolvimento nos projetos deixou de ser delineada pelo Governo Federal de forma regional e passou a ser construída de modo a observar os contextos e necessidades locais de comunidades (VIEIRA, 2008). O Projeto executado na Paraíba teve inicialmente como público alvo os pequenos agricultores, aqueles cujas terras não excedessem a área de 100 hectares, de 96 municípios do estado e tinha como objetivo geral a melhoria no acesso ao mercado e às tecnologias por parte desses (PROJETO COOPERAR, 2016). As principais ações foram:

A) aumentar a produção e a produtividade agrícola, B) Geração e renda e oportunidade de emprego para as famílias rurais de baixa renda, C) Promover o desenvolvimento de recursos hídricos e geração e difusão de tecnologia que propicie a diminuição para os pequeno agricultores a vulnerabilidade de secas e surtos de pragas, D) Aumentar a participação da comunidade em todas as fases do processo de desenvolvimento, E) Fortalecer a capacidade institucional do Estado da Paraíba para fornecer serviço eficiente aos pequenos agricultores (PROJETO COOPERAR, 2016 s. p.).

Para execução do Projeto, houve a contratação do empréstimo nº 2860-BR datado de 20 de Julho de 1987 e foram estabelecidos sete principais componentes. Eles eram: desenvolvimento dos recursos hídricos; investigação agrícola e produção das sementes de base; extensão agrícola para alimentos básicos e culturas comerciais; crédito agrícola; serviços de marketing; apoio às pequenas comunidades rurais; e administração do projeto (BANCO MUNDIAL, 1997).

Em 1993, tanto o projeto executado na Paraíba quanto os outros dez projetos semelhantes em execução em outros estados brasileiros foram reformulados. Até então, dos US\$ 60 milhões previstos, apenas US\$ 8,04 milhões haviam sido utilizados. O foco foi modificado de desenvolvimento rural/agrícola de pequenos produtores para alívio da pobreza rural com ênfase em comunidades rurais pobres e investimento em suas prioridades produtivas, infraestruturais e sociais, e a reforma agrária deixou de ser um componente essencial (VIEIRA, 2008).

Além disso, as principais ações inseridas na execução foram fornecimento de infraestrutura sociais e econômicas básicas, geração de oportunidades de emprego não somente para agricultores, apoio às comunidades pobres na implementação de seus próprios subprojetos. Houve também envolvimento mais direto do Governo Federal e Estadual na tomada de decisão e financiamento dos programas por meio de contrapartidas (BANCO MUNDIAL, 1997).

De acordo com o Relatório de Conclusão e Execução elaborado pelo Banco, os objetivos iniciais não foram alcançados. Mudanças no Governo Federal brasileiro como reduções no investimento público em contrapartidas de projetos, a descentralização do governo gerando uma maior participação do setor privado na economia brasileira e a falta de coordenação entre agências internas do país foram apontados como fatores que geraram dificuldades em sua execução. Apesar disso, o Relatório menciona que os objetivos criados após reformulação foram mais bem-sucedidos, principalmente a expansão do público alvo para moradores não agricultores de comunidades rurais. A maior participação dessa população por meio de Conselhos Municipais e do governo municipal também é apontada como avanço obtido (BANCO MUNDIAL, 1997).

Após a finalização do Projeto Nordeste, as iniciativas que se sucederam ganharam identidade e um maior grau de institucionalização. Na antiga conjectura dos projetos, os processos burocráticos eram extremamente lentos devido à grande quantidade de órgãos públicos que constituíam a hierarquia. Existem relatos de casos em que a SUDENE chegou a

exigir mais de 250 assinaturas para fazer transferência de recursos para os Estados (MAGALHÃES, 2000).

Eles continuaram a ser executados em diversos estados brasileiros, entretanto, ganharam nomenclatura própria, e no caso da Paraíba se tornou um órgão público vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido do Estado da Paraíba. O Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) ficou conhecido como Projeto Cooperar, entretanto, existem semelhantes, como na Bahia, o Produzir, no Ceará, o São José, em Pernambuco, Prorural, e no Maranhão o Prodim (VIEIRA, 2008).

O Cooperar I foi executado entre os anos de 1998 e 2006 pelo Contrato de Empréstimo nº 4251-BR do dia 16 de fevereiro de 1998 no valor total de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 60 milhões financiados pelo Banco, US\$ 12,9 pelo Governo do Estado e US\$ 7,1 milhões pelas comunidades (BANCO MUNDIAL, 1998). No acordo inicial, a data prevista para conclusão era 31 de dezembro de 2002, entretanto, como nos projetos anteriores, esse prazo foi estendido até 2006 (BANCO MUNDIAL, 2007).

Como mencionado previamente, o objetivo central do projeto era o combate à pobreza rural e os principais objetivos eram proporcionar infraestrutura básica econômica e social e geração de renda para a população pobre rural, apoio a grupos de comunidades rurais no planejamento e execução de seus subprojetos, intensificar esforços para a criação de capital social nas zonas rurais e alavancar a mobilização de receitas nos níveis de comunidade e municipais. Percebe-se que os objetivos são bastante semelhantes aos da segunda fase do projeto anterior, refletindo um processo de continuidade (BANCO MUNDIAL, 1998).

As partes acordaram em desenvolver três principais vieses: o primeiro eram subprojetos para as comunidades, que incluíam elementos da infraestrutura como abastecimento de água, eletrificação e construção de estradas, elementos sociais como reabilitação de escolas e postos de saúde e construção de creches e investimentos de pequena escala como a compra de equipamentos agrícolas e pequenos sistemas de irrigação; o segundo era o desenvolvimento institucional por meio de capacitação introdutória para os Conselhos Municipais, assistência técnica e mobilização das comunidades participantes, oficinas e seminários para as associações civis e estudos de análise das políticas fiscais e gestão do mutuário; já o terceiro tratava de melhorias na administração do projeto, através do apoio às unidades coordenadoras, aos escritórios relacionados, à criação do sistema de monitoramento e informação, à realização de campanhas para disseminação de informações no território do mutuário e aos estudos de avaliação (BANCO MUNDIAL, 1998).

De modo geral, o PCPR foi classificado pelo BIRD como satisfatório e são reconhecidas melhorias em sua execução devido à experiência adquirida com os projetos anteriores (BANCO MUNDIAL, 2007).

A avaliação feita por parte do mutuário também é bastante positiva, alegando uma duplicação no fornecimento de energia na zona rural em relação aos anos anteriores ao projeto. Aproximadamente mil comunidades passaram a ter acesso à água potável e essas medidas tiveram diversos efeitos na qualidade de vida da população, como redução na mortalidade infantil, melhorias na higiene pessoal e na dieta alimentar das famílias assistidas. Em linhas gerais, a economia local foi impulsionada, o acesso à informação aumentou significativamente e a saúde da população foi diretamente beneficiada, visto que a grande maioria das metas não só foi atingida, mas também, superada (PROJETO COOPERAR, 2006).

Já o atualmente conhecido como Cooperar II foi o Projeto de Redução da Pobreza Rural (PRPR) realizado entre 2010 e 2014. O Acordo de Empréstimo nº 7626-BR reconhece os avanços obtidos no Cooperar I e busca potencializar a capacidade empreendedora das comunidades rurais. Seus principais objetivos também são semelhantes ao anterior, afirmando buscar o desenvolvimento dessas comunidades por meio de ações que melhorem a renda, educação, saúde e bem-estar das famílias beneficiadas. Além disso, pretendiam fortalecer seu capital social³⁰, apoiar associações comunitárias e operacionalizar seus investimentos (PROJETO COOPERAR, 2011).

Os objetivos para esse projeto que não estavam presentes no anterior dizem respeito às ações voltadas ao resgate histórico cultural, ao desenvolvimento social e econômico das comunidades, ao fomento de iniciativas de grupos associativos locais em atividades de extensão, pesquisa e tecnologia apropriadas e à promoção de ações de mobilização e implementação de subprojetos nas comunidades indígenas, quilombolas, grupos de mulheres e jovens em áreas de assentamento e reforma agrária (PROJETO COOPERAR, 2011).

Os custos foram divididos da seguinte forma: US\$ 20,9 milhões seriam financiados pelo BIRD, US\$ 4,9 milhões correspondiam à contrapartida do Governo da Paraíba e as comunidades contribuiriam com US\$ 2,4 milhões, correspondendo a 10% do custo (BANCO MUNDIAL, 2010). A abrangência total correspondia a 500 projetos comunitários, que beneficiariam 22,5 mil famílias pela primeira vez abarcando 222 municípios do estado, com exceção apenas da capital João Pessoa. 20% dos recursos seriam destinados a subprojetos

³⁰ “O capital social é entendido por Robert Putnam como um conjunto de características da organização social – confiança, normas e sistemas – que tornam possíveis ações coordenadas” (BOEIRA; BORBA, 2006, p. 189).

produtivos com potencialidade de acesso a mercados e 80% seriam alocados em subprojetos de infraestrutura ou sociais (PROJETO COOPERAR, 2011).

Muitas das metas estabelecidas não foram alcançadas e a justificativa apresentada foi a de que houve elevação do custo médio dos investimentos aprovados em relação ao valor estimado durante a elaboração do projeto, de modo que a limitação de recursos inviabilizou a aprovação de vários projetos. Alguns dos dados apresentados são: dos 800 projetos esperados 487 foram realizados, de 673 eventos de mobilização comunitária planejados, 801 aconteceram, de 2720 visitas de supervisão e monitoramento planejadas, 3182 foram executadas e de 6 relatórios semestrais esperados, apenas 1 foi registrado (PROJETO COOPERAR, 2014).

Por fim, o Projeto Paraíba Rural Sustentável, ou Cooperar III, é o próximo a ser executado. Até o presente momento o financiamento não foi liberado, pois o Senado brasileiro precisa aprová-lo para que os recursos sejam transferidos e devido a mudanças na conjuntura política brasileira, como alterações no Governo Federal, os prazos não foram alcançados. Entretanto, todo o processo de negociação já foi realizado e utilizaremos documentos oficiais disponíveis na sede do projeto para realizar a análise.

De acordo com a Carta Consulta enviada pelo Governo da Paraíba à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) em 2015 e aprovada, ele envolve um total de US\$ 80,0 milhões liberados durante seis anos, sendo US\$ 50,0 milhões cedidos pelo Banco e uma contrapartida de US\$ 30 milhões (divididos em US\$ 22,3 milhões por parte do Tesouro do Estado e US\$ 6,7 milhões do Banco do Nordeste).

Os objetivos gerais são aumentar a renda agrícola e não agrícola dos beneficiários, reduzir os atuais níveis de insegurança hídrica, disseminar práticas de conservação ambiental sustentáveis e melhorar as condições sanitárias e de saneamento de habitações em situação crítica (PROJETO COOPERAR, 2014).

Os principais indicadores de investimentos produtivos e sustentabilidade serão: número de planos de investimentos e de negócios agrícolas e não agrícolas financiados; renda familiar dos beneficiados desses planos de investimentos; percentual de produtores beneficiados com vendas para o mercado; número de projetos com obras para captação e armazenamento de água financiados; percentual do nível de segurança hídrica da população beneficiada; percentual de famílias rurais beneficiadas com obras de saneamento básico (PROJETO COOPERAR, 2014).

Uma de suas novidades é o componente das alianças produtivas, no qual é definido que os subprojetos só serão elaborados após a identificação de compradores interessados em

adquirirem produtos da agricultura familiar, caso atendam às especificações do mercado. Desse modo, serão firmadas alianças entre as entidades associativas interessadas em produzir e o mercado demandante, garantindo uma maior estabilidade para os produtores e uma relação comercial mais constante (PROJETO COOPERAR, 2014).

3.2. Inserção do Desenvolvimento Sustentável ao longo dos projetos

A falta de dados referente ao primeiro projeto, o PDRI, faz com que não exista no relatório do Banco menção aos impactos ambientais na região. Podemos concluir, com base na trajetória apresentada, que o Banco como instituição não priorizava a questão dos recursos naturais, e que o foco do projeto é o alívio da pobreza rural por meio da expansão da produção agrícola e de políticas sociais pontuais, dado o contexto de subdesenvolvimento encontrado na região, e não o desenvolvimento sustentável.

Além disso, o projeto corresponde à ideia apresentada pelo Banco principalmente após a gestão de McNamara, de executar políticas desenvolvimentistas de combate à pobreza. Diante desses fatos, se pode dizer que o Banco não agregou imediatamente o desenvolvimento sustentável no projeto executado na Paraíba, isso só veio a acontecer na década posterior.

Com relação ao PAPP, o fato de seu foco ter sido modificado no decorrer do projeto corrobora com a mudança no discurso do Banco em 1992, de que o desenvolvimento sustentável seria alcançado com as melhorias sociais para comunidades pobres de países subdesenvolvidos. As afirmações contidas no Relatório do Banco de 1992 sobre a relação direta entre pobreza e degradação ambiental foram traduzidas em projetos aplicados no Brasil e são refletidos nas mudanças de diretrizes dos projetos executados no nordeste em 1993 (VIEIRA, 2008).

Em nenhum dos documentos analisados referentes ao PAPP o termo desenvolvimento sustentável chega a ser mencionado, ainda que de certa forma seus elementos possam ser visualizados. No relatório final do projeto é dito que os impactos ambientais são insignificantes, dada a pequena escala em que os subprojetos municipais são realizados, além disso, até esse momento o desenvolvimento sustentável não é a diretriz do projeto. Após sua reformulação, foi inserido para o estado do Maranhão o componente da proteção ambiental no caso do Parque Estadual do Mirador, abrangendo uma área de 500.000 hectares, entretanto, nenhuma medida dessa natureza foi considerada necessária para a Paraíba.

No que diz respeito ao Cooperar I o termo desenvolvimento sustentável também não chega a ser mencionado, e seus objetivos são bastante semelhantes aos do PAPP reformulado. Os indicadores de desempenho apresentados no Manual de Operações (1997) do projeto incluem elementos infraestruturais, sociais e produtivos dos subprojetos, o desenvolvimento institucional e os avanços na administração dele, mas não são mencionados componentes ambientais, culturais ou históricos.

Tratando do Cooperar II, nota-se a menção ao termo desenvolvimento sustentável em momentos pontuais como o compromisso com ele sendo um dos princípios norteadores, por exemplo, ou no Estudo de Mercado (2013) como forma de caracterizar os objetivos dos Núcleos Produtivos Rurais e Agroindustriais da Paraíba. Além disso, pela primeira vez encontramos documentos que podem ser entendidos como introdução dos elementos constituintes do desenvolvimento sustentável (elementos sociais, econômicos e ambientais): o Plano de Gerenciamento Ambiental (PGA) e o Plano de Participação das Populações Indígenas (PPPI).

O PGA (2007) apresenta as legislações federal e estadual para o meio ambiente e as salvaguardas do Banco Mundial. Nas salvaguardas o Banco afirma que não apoiará de maneira alguma ações que degradem habitats naturais, propriedades culturais, atividades florestais, segurança de barragens e a integridade dos povos indígenas. Também explicita todo o acompanhamento que realizaria durante todas as fases do projeto, por meio do envio de comissões próprias para avaliação e mensura os possíveis impactos ambientais dos projetos, juntamente com medidas preventivas e mitigadoras (PROJETO COOPERAR, 2007).

O PPPI é aqui entendido como elemento do Desenvolvimento Sustentável (DS) devido ao fato de que dentre os elementos constituintes desse tipo de desenvolvimento para o Banco, de acordo com o capítulo anterior, estavam a redução da pobreza e a participação de comunidades locais para o desenvolvimento da região (VIEIRA, 2008). Além disso, é uma população extremamente vulnerável à pobreza e sua participação nas discussões sobre o projeto pode proporcionar novas abordagens e perspectivas.

De acordo com o Censo Demográfico mais recente realizado pelo IBGE existem aproximadamente 25 mil indígenas na Paraíba, portanto, a inclusão dessa população na estrutura do projeto pode ser considerada um avanço (FUNAI, 2013). É válido ressaltar que nos projetos anteriores tanto a questão ambiental quanto a de populações indígenas foram mencionadas, porém de forma mais marginal. As ações nesses campos não tinham grande abrangência e por esse motivo consideramos a menção a esse documento importante para nossa análise.

O PPPI (2007) busca a inclusão social das comunidades indígenas no projeto e a ampliação do apoio às comunidades indígenas por meio de ações articuladas com os demais programas e projetos desenvolvidos por organizações governamentais e não governamentais. Ele aponta o fato de 13 comunidades indígenas já terem sido beneficiadas pelo PCPR principalmente pelo acesso à eletricidade e incita uma maior participação dessas populações nas ações que se seguiriam (PROJETO COOPERAR, 2007).

Já no que concerne ao último projeto, o PB Rural Sustentável ou Cooperar III, percebemos que é o primeiro a genuinamente inserir o desenvolvimento sustentável em suas prioridades e nomenclatura, entretanto, isso ocorre com maior frequência em documentos do Banco em detrimento daqueles divulgados em português pelo Cooperar como instituição. Além disso, o objetivo geral de disseminar práticas de conservação ambiental sustentáveis era algo mencionado em projetos anteriores, mas apenas nesse ganhou centralidade. Por fim, o Sumário Executivo (2016), divulgado pela atual gestão, aponta elementos de ênfase à necessidade da preservação dos habitats naturais para além das medidas protetoras já existentes no estado. Até que a execução do projeto esteja finalizada não poderemos avaliar se esse tipo de medida foi efetivamente adotado, entretanto, também não existe menção a ações desse tipo nas edições anteriores e por esse motivo pode ser considerado um avanço.

Com base no que foi exposto ao longo do trabalho, a primeira percepção que temos é a de que o Cooperar não foi um projeto pontual do Banco por interesse no estado da Paraíba e nem por uma iniciativa do estado em estabelecer contato com o Banco. Percebe-se que ele faz parte uma política econômica e posteriormente social muito mais abrangente do BIRD em parceria com o Governo Federal e muito mais antiga do que apenas os Projetos Cooperar I, II e III.

Souza (2015) aponta que aconteceram algumas mudanças políticas entre a execução do Cooperar II e do III, dentre elas o deslocamento da gestão institucional da execução do projeto da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) para a recém-criada Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido. Ele afirma que essa ação representa a interiorização da preocupação com o desenvolvimento e que caracteriza o direcionamento do Projeto Cooperar para o desenvolvimento social, por também deslocá-lo do Conselho de Desenvolvimento Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Conselho de Articulação Política Institucional do Projeto Cooperar (CAPIPC).

Vieira (2008) analisa até o momento da finalização do Cooperar I e prioriza o entendimento de como o Banco, a partir do financiamento de projetos de desenvolvimento, interfere não apenas nas proposições, mas na execução, objetivos e na lógica deles,

principalmente no caso do Cooperar. Tem como base a ênfase dada nos relatórios do Banco de 1990 e 1992 ao papel da pobreza como principal fonte de degradação ambiental e afirma corresponder com o momento em que a instituição passa a priorizar o combate à pobreza para mitigar o subdesenvolvimento e abrandar a deterioração do meio ambiente. Além disso, outro elemento apontado como essencial a esses avanços é o da participação das comunidades na execução dos projetos, e percebe-se que esse componente foi bastante enfatizado no contexto do Cooperar.

Sobre a inserção do DS e as medidas socioambientais aplicadas nesse primeiro projeto, Vieira (2008) afirma que

essas proposições estão em estrita consonância com o novo paradigma de desenvolvimento sustentável, introduzido no Nordeste desde 1994, depois da conclusão do *Projeto Áridas* (Brasil, 1994), e reafirmadas, a partir de 1995, com a elaboração, de planos de desenvolvimento sustentável pelos governos estaduais dessa região (Vieira, 2004). Não cabe aqui discutir esse processo, apenas indicar que as propostas esboçadas são declaradamente defendidas pelo Banco Mundial e se inserem no amplo quadro de reestruturação do Estado que ocorre desde então, no Brasil e no Nordeste (VIEIRA, 2008, p. 113).

O mesmo autor possui uma discussão voltada à capacidade dos estados em delinear a estratégia de desenvolvimento aplicada a eles mesmos e afirma ser bastante limitada. De fato, alega que as Unidades Técnicas apenas executam ideias repassadas pelo Banco, administram os recursos e têm poder de barganha também limitado para modificar a estrutura dos projetos que vem sendo executados com esses recursos internacionais. Entra em uma discussão mais profunda sobre a capacidade dos estados de traçar seu próprio caminho para o desenvolvimento (VIEIRA, 2008). Nas palavras do autor,

O caso das políticas de combate à pobreza exprime mais um capítulo no turvo enredo do consenso gestado (pelo alto, como sempre) a respeito das alternativas no campo dos debates sobre desenvolvimento econômico e social. E isso não pode deixar de ser visto como perda de soberania do Estado brasileiro, visto agora, no caso aqui analisado, sob o ângulo de um dos entes federativos prisioneiros de uma armadilha que eles próprios (os estados nordestinos) ajudam a manter, reproduzindo-a ao aceitarem as formas de controle e orientações estratégicas de agências de financiamento externas (VIEIRA, 2008, p. 126).

Outro elemento relevante a essa discussão é o fato de que nos anos 70 quando os projetos de desenvolvimento econômico foram iniciados pelo Banco em parceria com o Governo Federal a situação da Paraíba era extremamente precária principalmente para a

população rural. Nesse contexto, segundo o qual as principais necessidades eram de abastecimento de água e acesso à energia elétrica, o chamado desenvolvimento sustentável parecia ser uma realidade distante. Desse modo, percebe-se que o paradigma utilizado para atingir o desenvolvimento inicialmente não é o desenvolvimento sustentável, pois o projeto tem como prioridade o crescimento econômico e apenas a partir de meados da década de 1990 essa perspectiva passa a ser o meio para superação da pobreza.

Para finalizar nossa análise, estabelecemos uma relação paralela entre o Projeto Cooperar da Paraíba e o Produzir da Bahia, em busca do entendimento acerca da linearidade entre eles e do desejo do Banco em diminuir a pobreza rural no nordeste brasileiro.

3.3. Semelhanças com o Programa Produzir, da Bahia

Como mencionamos previamente, as políticas nacionais de redução da pobreza em parceria com o Banco Mundial acarretaram não só no Projeto Cooperar, mas em alguns outros também executados principalmente na região Nordeste. Apontaremos os principais componentes do Produzir da Bahia³¹ a fim de observar a mudança de foco em sua trajetória e posteriormente estabeleceremos uma comparação com o projeto paraibano. Até o momento foram executados 7 acordos e no último projeto sua nomenclatura foi modificada para Bahia Produtiva, passando a ter como foco o desenvolvimento rural sustentável (CAR, 2015).

O primeiro acordo se deu em 1978, assim como na Paraíba, e também fazia parte do PDRI. O valor era de US\$ 37 milhões financiados pelo Banco e seus componentes eram voltados ao desenvolvimento econômico da região. Tinha o objetivo principal de aumentar a produção agrícola e os principais beneficiários eram os pequenos produtores (BANCO MUNDIAL, 1978).

Para o segundo acordo, firmado em 1983, foi estabelecido o financiamento de US\$ 67,8 milhões. Seu plano de ação consistia em regularização e redistribuição de terras, serviços de extensão, pesquisa agrícola adaptativa, saúde animal e proteção vegetal, irrigação em pequena escala, melhoria nas estradas municipais, abastecimento de água, educação, saúde e saneamento básico (BANCO MUNDIAL, 1983). Percebe-se que entre o primeiro e o segundo já ocorre uma diversificação de componentes e uma atenção maior às questões sociais, para além das econômicas.

³¹ A escolha do Programa Produzir se deu pela quantidade de material disponível para análise. Ambos os sites dos demais programas mencionados em execução no nordeste apresentam pouca ou nenhuma informação sobre os projetos mais antigos, tornando-os inviáveis para comparação.

Em 1987 o Banco e o Governo Federal fecham um novo acordo de financiamento para o projeto de desenvolvimento rural no nordeste, e cabe à Bahia o valor de US\$ 171 milhões. O programa ainda estava sob a supervisão da SUDENE. A utilização do financiamento seria destinada principalmente à aquisição de bens e serviços, preferencialmente manufaturas domésticas. O projeto consistia em desenvolvimento de recursos hídricos, produção agrícola, de pesca e de sementes básicas, serviços de extensão rural, crédito agrícola, serviços de marketing, apoio a pequenas comunidades rurais, programa de pesquisas regionais e garantia a terra (BANCO MUNDIAL, 1987).

Outro acordo foi firmado, dessa vez em 1995, com valor de US\$ 105 milhões que deveriam ser utilizados até dezembro de 2000 e ganha a nomenclatura de Produzir.

O objetivo do projeto era aliviar a pobreza rural nos municípios baianos por meio do fornecimento de infraestrutura básica social e econômica, emprego e oportunidades de geração de renda, apoio às comunidades rurais para que implementem seus próprios subprojetos, prover uma rede de segurança para a população pobre de zonas rurais e alavancar as receitas para comunidades e também no nível municipal (BANCO MUNDIAL, 1995).

Em 2001, para o Produzir II, há o financiamento de US\$ 54,3 milhões. Seus objetivos gerais eram aumentar as oportunidades sociais e econômicas das populações pobres por meio dos subprojetos comunitários, aumentar o capital social dessas comunidades e fornecer os meios de organização para que eles consigam suprir suas próprias necessidades e incentivar a governança local e cidadania por meio do fortalecimento dos conselhos municipais, também estabelecendo laços com organizações governamentais e não governamentais (BANCO MUNDIAL, 2001).

O acordo seguinte foi o Produzir III, executado entre 2005 e 2013, inicialmente também com financiamento de US\$ 54,3 milhões. A previsão inicial para fechamento do projeto era para o ano de 2010, entretanto, nesse ano houve financiamento de mais US\$ 30 milhões e extensão de mais 3 anos de duração. Para esse projeto existem documentos relativos à participação das populações indígenas e quilombolas e planos de avaliação de impactos ambientais, o que não foi encontrado relativamente aos projetos anteriores. Seu planejamento é bastante semelhante ao Projeto Cooperar, tendo como foco os subprojetos das comunidades, o desenvolvimento institucional e a administração do projeto (BANCO MUNDIAL, 2005).

Já o Bahia Produtiva, programa atualmente ativo, é executado por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública atrelada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e conta com investimento de US\$ 260 milhões de dólares,

sendo US\$ 150 milhões do Banco Mundial e US\$ 110 milhões do Estado da Bahia e contribuição dos beneficiários (CAR, 2015). As dimensões priorizadas são social, econômica, política, ambiental e cultural e seu lema é o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, seus principais componentes são inclusão produtiva e acesso a mercados, água para uso doméstico e saneamento, desenvolvimento institucional e assistência técnica (BANCO MUNDIAL, 2014).

Observando-se a evolução dos componentes do Programa Produzir, atual Bahia Produtiva, percebemos muitas semelhanças com o Projeto Cooperar. Ambos se iniciam com propósitos primariamente econômicos e ao longo do tempo são inseridos componentes sociais e ambientais, elementos constitutivos do conceito de desenvolvimento sustentável aqui abordado. Existe também a semelhança entre os tipos de documentos presentes, principalmente no último projeto de ambos. Constatamos que o PB Rural Sustentável e o Bahia Produtiva são os que inserem o desenvolvimento sustentável como foco principal e pode-se esperar o mesmo para projetos futuros, caso eles ocorram.

Tendo como base esses argumentos, podemos ponderar sobre a hipótese de que o desenvolvimento sustentável foi inserido no projeto na medida em que o tema ganhou visibilidade no sistema internacional, levando em consideração que o discurso é mais fortemente inserido nos relatórios do Banco no ano de 1992 e nos projetos observamos esses elementos a partir do ano 1998 na Paraíba e 1995 na Bahia. Além disso, podemos incluir o fator da grande influência do Banco sobre o governo paraibano para que o tema viesse a ser enfatizado.

Em linhas gerais, percebem-se as especificidades dos projetos executados no nordeste, principalmente na Paraíba, para o entendimento da necessidade da aplicação do desenvolvimento sustentável nessa realidade. Esse paradigma se torna cada vez mais presente nos componentes dos projetos e existe uma perspectiva de que os projetos futuros deem continuidade a essas práticas.

Constatamos também que há pouquíssimos trabalhos acadêmicos direcionados aos projetos, em ambos os estados. Outro objeto compreendido com base nas pesquisas é que esse tipo de projeto é extremamente sensível ao contexto da política nacional, caracterizando-o com a presença de uma autonomia ainda mais limitada. Um exemplo que nos permite chegar a essa conclusão é o fato de o atual entrave ao projeto ter, possivelmente, sido causado pela conjuntura nacional atual, contudo, essa questão não compete às finalidades deste trabalho e pode ser abordada em outras obras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade fazer uma análise da inserção do desenvolvimento sustentável em projetos do Banco Mundial em realidades locais, no caso a política de redução da pobreza rural no estado da Paraíba.

No primeiro capítulo, pudemos observar o papel das organizações internacionais como catalisadoras da cooperação internacional. A crescente importância da governança global se dá em diversos setores das sociedades, e principalmente em questões ambientais, já que a natureza é um bem coletivo que abrange todos os Estados. Apesar dos dilemas entre desenvolvimento econômico e utilização moderada dos recursos naturais, o fato de existirem fóruns de discussão sobre o tema e que possibilitem medidas em conjunto representa uma grande possibilidade de avanço.

Em meados do século XX, o tema era tratado meramente como um meio para obtenção de ganhos econômicos. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial e a percepção dos efeitos que o desenvolvimento desenfreado causava ao meio ambiente é que o tema foi inserido na agenda internacional. Essa inserção se deu por meio de organizações internacionais, que se proliferaram no período.

Simultaneamente a esses acontecimentos, ocorrem diversos debates no campo das relações internacionais acerca da importância dessas organizações e da capacidade delas de influenciar o comportamento dos Estados. Inicialmente, a corrente que predominava era a realista, que negava a importância dessas instituições como elemento influenciador no sistema internacional e a diminuía a possibilidade de cooperação no sistema internacional. Apesar dessa negação por parte da corrente, o ingresso de Estados nelas era crescente, o que proporcionou a emergência da teoria liberal. Ela atribuía às organizações internacionais uma grande capacidade de influência sobre os Estados e afirmava a possibilidade da cooperação mitigar a possibilidade de novas guerras.

Dessas duas correntes, diversos debates teóricos foram realizados e outras teorias surgiram para complementar o estudo das interações entre Estados. Também a partir da segunda metade do século XX originaram-se correntes teóricas com a finalidade de abarcar a relação dos Estados, as decisões políticas e o meio ambiente, como aconteceu com o ecoautoritarismo, a eco-segurança e a ecodeocracia.

No sistema internacional ocorreram várias conferências que, tendo como foco o meio ambiente ou não, passaram a tratar do desenvolvimento sustentável. O conceito utilizado

nesse trabalho foi construído na Conferência de Estocolmo em 1992 tendo como base o Relatório Brundtland, e ainda é utilizado por instituições internacionais até os dias atuais.

No segundo capítulo, tivemos como objeto central o Banco Mundial: organização financeira altamente institucionalizada, criada ainda durante a Segunda Guerra Mundial tendo por prioridade o desenvolvimento econômico dos países. Por alguns anos a questão econômica predominava em sua agenda, passando a incluir elementos do desenvolvimento social principalmente após a gestão de McNamara. Vários elementos históricos tiveram grande influência em sua trajetória como a Guerra Fria e a ordem bipolar mundial, o Consenso de Washington de 1989, o incentivo a medidas econômicas neoliberais em países subdesenvolvidos e o fim da referida Guerra Fria na década de 90, que permitiu aos Estados Unidos exercer maior influência econômica aos Estados por meio de instituições.

O fato das medidas não terem ocasionado resultados satisfatórios, principalmente nos países da América Latina que mais seguiram os direcionamentos fez com que esse discurso não fosse mais tão bem visto e resultou em novos argumentos sobre o desenvolvimento nessa realidade. Na década de 90, o Banco passou a apresentar em seus Relatórios Anuais o desenvolvimento sustentável e gradativamente foi fazendo o mesmo em seus projetos. Participou por meio de financiamentos dos Objetivos do Milênio, elemento que faz parte de seu discurso de inserção das questões sociais em sua agenda.

A partir dos anos 2000 passou a também financiar vários programas relativos à preservação do meio ambiente e alívio dos danos causados pelo antigo modelo desenvolvimentista que não levava em consideração os impactos ambientais. Algumas das áreas na qual atua são as mudanças climáticas, redução da emissão de gases poluentes e agricultura. Além disso, também incorporou as medidas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, criados em 2015.

Nesse momento também constatamos a importância das organizações internacionais no avanço em direção ao desenvolvimento sustentável, visto que tiveram grande impacto para a inserção do tema nas agendas nacionais e internacionais. Também proporcionou a chegada do tema ao Banco Mundial, o que causou estímulos para que fosse inserido em seus projetos de financiamento, como aconteceu no estado da Paraíba.

Já no terceiro capítulo empregamos os elementos previamente mencionados para compreender como o tema do desenvolvimento sustentável foi inserido nos projetos de redução da pobreza rural executados pelo Banco Mundial na Paraíba.

Sobre o Cooperar, vimos que consistiu no conjunto de 4 projetos. O primeiro projeto foi a Política de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), executado entre os anos de 1978 e

1986 e que contou com um financiamento de US\$ 30 milhões. Tratava-se de uma política do Governo Federal em parceria com o Banco Mundial para o desenvolvimento econômico de comunidades rurais, executado por meio da Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste (SUDENE). O segundo foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), também conhecido como Projeto Nordeste. A previsão de financiamento foi de US\$ 60 milhões e a ideia central consistia em aplicar uma estratégia unificada de desenvolvimento no nordeste brasileiro. Foi igualmente executado por meio da SUDENE entre 1987 e 1996.

O acordo seguinte gerou o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), no qual as unidades estaduais já passaram a possuir maior controle sobre a execução e que, no caso da Paraíba, ficou conhecido como Projeto Cooperar. Nele, o capital financiado foi de US\$ 60 milhões entre os anos de 1998 e 2006 e seus principais elementos era referentes a infraestrutura social e econômica e geração de renda para a população rural. Já o Cooperar II ou Projeto de Redução da Pobreza Rural (PRPR), executado de 2010 a 2014 tinha como principais objetivos os mesmos do projeto anterior e passou a incluir ações voltadas ao desenvolvimento social das comunidades, por meio do financiamento de US\$ 20,9 milhões.

O projeto mais recente é o Paraíba Rural Sustentável, ou Cooperar III, que tem previsão para ser iniciado em 2017 e concluído em 2021. Porém, até o momento aguarda aprovação do Senado brasileiro para que o Banco Mundial possa começar a enviar gradativamente o valor financiado, que consistirá em US\$ 50 milhões. Nele, além dos elementos sociais e econômicos que já vinham sendo executados nos projetos anteriores, é incluída com maior foco a dimensão ambiental, representando um avanço no sentido do desenvolvimento sustentável criado após o Relatório Brundtland.

Também em relação aos projetos executados na Paraíba, identificamos a grande importância de organizações internacionais e seu alcance.

Durante a pesquisa observamos também algumas questões sobre a capacidade de influência do Banco Mundial sobre essa estratégia de desenvolvimento do nordeste brasileiro. Não nos coube analisar se a mudança de estratégias foi imposta ou se era de interesse do governo estadual inserir o desenvolvimento sustentável na execução do projeto, entretanto, as semelhanças nas trajetórias entre o Cooperar e o Produzir da Bahia nos permitem concluir que grande parte dos componentes dos projetos são inseridos por meio do Bando Mundial. Ambos possuem uma tendência à inserção do desenvolvimento sustentável, pois os projetos atuais dão bastante ênfase a esse paradigma.

Por fim, não constatamos a presença de previsão para o fim desses acordos de financiamento, o que pode criar uma indagação quanto à propagação da relação de

dependência entre o Governo da Paraíba e o Banco Mundial na redução da pobreza rural. Também consideramos essa questão pertinente para estudos futuros.

Finalmente, acreditamos que, apesar da não divulgação do projeto final, conseguimos apontar elementos que contemplaram o interesse em analisar a trajetória do desenvolvimento sustentável tanto no sistema internacional quanto sua inserção no Projeto Cooperar. Consideramos a presença desse tema em projetos com ênfase em variados assuntos algo de grande importância para o progresso da questão.

REFERÊNCIAS

ABBOT, Kenneth W., SNIDAL, Duncan. **Why States act through Formal International Organizations.** Journal of Conflict Resolution, 1998.

ABREU, Ana Flávia Araujo; NASCIMENTO, Béthany Oliveira; FAUSTINO, Bruna Pereira; FREITAS, Gil. **O PNUMA e suas limitações para a governança ambiental internacional.** FRONTEIRA, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 141 - 169, 2012.

ALBAGLI, Sarita. **Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI.** Ciência da Informação - Vol 24, número 1, 1995. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/SaritaA.pdf>>. Acesso em 28/08/16.

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão.** UnB, São Paulo, 2002.

AXELROD, Robert; KEOHANE Robert O. **Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions.** World Politics, Vol. 38, N° 1, Outubro de 1985. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2010357>>. Acesso em 12/09/16.

BANCO MUNDIAL. **Acordo “histórico” de Paris prepara o caminho para o Grupo Banco Mundial ajudar os países a cumprirem os compromissos relacionados com o clima.** 2015. Reportagem 12 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2015/12/12/paris-agreement-paves-way-for-world-bank-group-helping-countries-deliver-on-climate-commitments>>. Acesso em 29/08/16.

BANCO MUNDIAL. **Appraisal Report Northeast Brazil – Paraíba Rural Development Project.** 1978. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/291271468230081622/pdf/multi-page.pdf>>. Acesso em: 01/08/16.

BANCO MUNDIAL. **Banco Mundial/Brasil: Projeto Rural Beneficiará 47 mil Agricultores no Estado do Rio de Janeiro.** 2012. Comunicado à imprensa, 6 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2012/11/06/brazil-some-47000-farmers-state-rio-de-janeiro-benefit-from-rural-project>>. Acesso em 29/08/16.

BANCO MUNDIAL. **FROM BILLIONS TO TRILLIONS: TRANSFORMING DEVELOPMENT FINANCE POST-2015 FINANCING FOR DEVELOPMENT: MULTILATERAL DEVELOPMENT FINANCE.** 2015. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMMINT/Documentation/23659446/DC2015-0002\(E\)FinancingforDevelopment.pdf](http://siteresources.worldbank.org/DEVCOMMINT/Documentation/23659446/DC2015-0002(E)FinancingforDevelopment.pdf)>. Acesso em: 05/08/16.

BANCO MUNDIAL. **Implementation Completion and Results Report – Rural Poverty Alleviation Project.** 2007.

BANCO MUNDIAL. **Implementation Completion Report – Brazil Northeast Rural Development Program.** 1997. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/142891468227341919/pdf/multi0page.pdf>>. Acesso em 02/09/16.

BANCO MUNDIAL. **Loan Agreement – Bahia State Integrated Project: Rural Poverty.** Dezembro, 2005. Disponível em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/en/771701468014434951/pdf/L73270BR0CONFORMED.pdf>> Acesso em 25/10/16.

BANCO MUNDIAL. Loan Agreement – Bahia Sustainable Rural Development Project. Agosto, 2014. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/297441468020094653/pdf/RAD2627119.pdf>>. Acesso em 25/10/16.

BANCO MUNDIAL. Loan Agreement – Northeast Rural Development Project Bahia. Julho, 1987. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/743191468231291779/pdf/DB418319A1F0E9C585256F0300069959.pdf>> Acesso em 05/10/16.

BANCO MUNDIAL. Loan Agreement - Rural Poverty Alleviation Project Paraíba. 1998.

BANCO MUNDIAL. Loan Agreement – Rural Poverty Alleviation Project Bahia. Julho, 1995. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/631351468020068151/pdf/Loan-3917-Brazil-Rural-Poverty-Alleviation-Project-Bahia-Loan-Agreement.pdf>> Acesso em 25/10/16.

BANCO MUNDIAL. Loan Agreement – Rural Poverty Reduction Project Bahia. Outubro, 2001. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/408201468014384203/pdf/D7C81AB3A78A576F85256F030013893A.pdf>> Acesso em 05/10/16.

BANCO MUNDIAL. Project Agreement – Second Rural Bahia Development Project. Maio, 1983. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/758451468235472326/pdf/Loan-2269-Brazil-Second-Bahia-Rural-Development-Project-Project-Agreement.pdf>> Acesso em 25/10/16.

BANCO MUNDIAL. Project Performance Audit Report: Brazil Supporting Rural Development in the Northeast – Paraíba Rural Development Project Brejo. 1989.

BANCO MUNDIAL. Relatório Anual de 1990 do Banco Mundial. 1990.

BANCO MUNDIAL. Relatório Anual de 1992 do Banco Mundial. 1992.

BANCO MUNDIAL. Relatório Anual de 1995 do Banco Mundial. 1995.

BANCO MUNDIAL. Relatório Anual de 2000 do Banco Mundial. 2000.

BANCO MUNDIAL. Relatório Anual de 2015 do Banco Mundial. 2015.

BANCO MUNDIAL. Relatório Anual de 2016 do Banco Mundial. 2016.

BANCO MUNDIAL. Report and Recommendation of the President of the International Bank for Reconstruction and Development to the Executive Directors on a Proposed Loan to the Federative Republic of Brazil for the Bahia Rural Development Project. Maio, 1978. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/275281467997854273/pdf/multi-page.pdf>> Acesso em 05/10/16.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. Revista brasileira de política internacional vol.45 no.2 Brasília July/Dec. 2002. Disponível

em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007>
Acesso em 10/10/16.

BARRUTIA, Jose M.; ECHEBARRIA, Carmen; PAREDES, Mario R.; HARTMANN, Patrick; APAOLAZA, Vanessa. **From Rio to Rio+20: twenty years of participatory, long term oriented and monitored local planning?** ELSEVIER, Journal of Cleaner Production Volume 106, 1 de Novembro de 2015.

BIERMANN, Frank; SIEBENHÜNER, Bernard; SCHREYÖGG, Anna. Global environmental governance and international organizations: setting the stage. In: **International Organizations in Global Environmental Governance**. Routledge Research in Environmental Politics. 2009.

BOEIRA Sérgio Luís; BORBA, Julian. **Os Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Argos Ed. Universitária, Chapecó, 2005.

BORGES, André. **Governança e Política Educacional: a agenda recente do Banco Mundial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol 18 Nº 52, 2013.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/uploads/20121129023744/cavalcanti1.pdf#page=15>> Acesso em 26/08/16.

CANÍZIO, Márcia Jabôr. **Ecologia e Ordem Internacional – Uma discussão sobre os paradigmas de Análise**. Contexto Internacional nº 12, Rio de Janeiro, Julho/Dezembro, 1990.

CAR. **Estratégias do projeto Bahia Produtiva discutidas em Brasília**. 2015. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/estrategias-projeto-bahia-produtiva-discutidas-em-brasil>>
Acesso em: 25/10/16.

CARVALHO, Gustavo Seignemartin. **Autonomia e relevância dos regimes**. Contexto Internacional. vol.27 nº 2. Rio de Janeiro, Julho/Dezembro de 2005.

CAVALCANTE Zedequias Vieira; SILVA, Mauro Luis Siqueira da. **A importância da Revolução Industrial no mundo da tecnologia**. Anais Eletrônico CESUMAR – Centro Universitário de Maringá: Editora CESUMAR. Paraná, 2011. Disponível em: <http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/zedequias_vieira_cavalcante2.pdf>. Acesso em 27/08/16.

COX, Robert W. **Los Informes Pearson y Jackson, un análisis ideológico de las doctrinas de asistencia al desarrollo**. Janeiro – Março de 1973.

FUNAI. **Distribuição da População Indígena**. 2013. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/encarte_censo_indigena_02%20B.pdf>. Acesso em: 08/08/16.

GALVANESE, Carolina; FAVARETO, Arilson. **Dilemas do planejamento regional e as instituições do desenvolvimento sustentável.** Revista Brasileira de Ciências Sociais vol.29 nº 84. São Paulo, Fevereiro de 2014.

GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis. MOREIRA, Helena Margarido. **O Protocolo de Quioto e as Possibilidades de Inserção do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo por meio de Projetos em Energia Limpa.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 30, no 1, janeiro/abril 2008.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andréa Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e práticas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOOLE, Francis W. **Evaluating the Impact of International Organizations.** International Organization, Vol. 31, No. 3, 1977.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável.** Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1047-conferencias-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf>>. Acesso em 27/08/16.

LE PRESTRE, P.; MARTIMORT-PASSO, B. **A reforma da governança internacional do meio ambiente: os elementos do debate.** In: VARELLA, M.; BARROS-PLATIAU, A. F.; Proteção Internacional do Meio Ambiente, 2009.

LE PRESTRE, Phillipe. Os Fundamentos da Ecopolítica Internacional. In: **Ecopolítica Internacional.** Editora SENAC, São Paulo, 2000.

LEITE, Aline de Souza; TENSERA, Oscar; MAREDEY, Rossana; MACHADO, Sibá. **O Banco Mundial e a Doutrina Neoliberal na América Latina.** Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Maio de 2009.

LIMA, Silvânia Félix de. **Impactos Territoriais da Criação de Assentamentos Rurais: o caso dos PA's Timbó e Mata Verde – Espírito Santo/RN.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

MAGALHÃES, Antonio Rocha. **Desenvolvimento comunitário e combate à pobreza no Nordeste.** Brasília: 2000. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186331278301/08Depoimento.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

MELLO, Flávia de Campos. **Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: um balanço dos debates.** BIB. Revista de Ciências Sociais, vol. 44, 1997.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Trajatória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico.** Estudos Avançados 26 (74), 2012.

OLIVEIRA, Diogo de Paula. **A parceria entre Minas Gerais e o Banco Mundial: uma análise da estratégia de desenvolvimento de Minas Gerais.** Monografia de conclusão do curso de Administração Pública. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2014.

OLIVEIRA, Jose A. Puppim de. **Rio+20: What we can learn from the process and what is missing**. Caderno EBAPE.BR vol.10 no.3 Rio de Janeiro, Sept. 2012

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. (1987). Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 16/10/16.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável**. 2002. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf>>. Acesso em: 15/10/16.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**. 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/plano_joanesburgo.pdf>. Acesso em: 11/10/16.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/MDG-2015-June-25.pdf>>. Acesso em: 16/10/16.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 16/10/16.

PASQUARIELLO, Karina. **Relações Internacionais e Meio Ambiente: Teoria e História**. Cadernos CEDEC, n° 26, São Paulo, 1993.

PEET, Richard. **Unholy Trinity: The IMF, World Bank and WTO**. Zed Books, Second Edition. London, New York, 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Banco Mundial concepção, criação e primeiros anos (1942-60)**. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, p.391-419, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/18.pdf>>. Acesso em 27/08/16.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano**. 1972. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97>>. Acesso em 28/08/16.

PROJETO COOPERAR. **Carta Consulta à Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX)**. Cabedelo, Abril de 2014.

PROJETO COOPERAR. **Estudo de Mercado**. 2013.

PROJETO COOPERAR. **Manual de Operações**. 2011.

PROJETO COOPERAR. **Missão de Avaliação – Ajuda Memória**. 2016.

PROJETO COOPERAR. **PB Rural Sustentável – Apresentação**. s. a. Disponível em: <<http://www.cooperar.pb.gov.br/new/sobre-cooperar/pb-rural-sustentavel/>>. Acesso em 30/08/16.

PROJETO COOPERAR. **Plano de Gerenciamento Ambiental (PGA)**. 2007.

PROJETO COOPERAR. **Plano de Gerenciamento Ambiental (PGA)**. 2016.

PROJETO COOPERAR. **Plano de Participação das Populações Indígenas (PPPI)**. 2007.

PROJETO COOPERAR. **Plano de Participação das Populações Indígenas (PPPI)**. 2016.

PROJETO COOPERAR. **Projeto PB Rural Sustentável - Sumário Executivo**. Março, 2016.
Disponível em:
<http://www.cooperar.pb.gov.br/uploads/arquivos/documentos_oficiais/105/43ab89a67fd2c650e86ecb6bd5d91a3f.pdf>. Acesso em 30/08/16.

PROJETO COOPERAR. **Relatório de Conclusão do Mutuário – Projeto de Combate à Pobreza Rural**. 2006.

PROJETO COOPERAR. **Relatório de Conclusão do Mutuário – Segundo Projeto de Redução da Pobreza Rural na Paraíba**. 2014.

PROJETO COOPERAR. **Revista Cooperar**. 2014.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e Política Doméstica: A Lógica dos Jogos de Dois Níveis**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, Junho, 2010.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. **Meio ambiente e comércio na agenda internacional: a questão ambiental nas negociações da OMC e dos blocos econômicos regionais**. Ambiente & Sociedade, vol.8 no.2 Campinas July./Dec. 2005

SACHS, Ignacy. O desenvolvimento sustentável: do conceito à ação, de Estocolmo a Joanesburgo. In: BARROS-PLATIEU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo D. **Proteção Internacional do Meio Ambiente**. Série Direito Ambiental – Vol 4. Unitar, UniCEUB, UNB. Brasília, 2009.

SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos. **As políticas sociais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento**. Tese de Doutorado apresentada na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

SANTOS, Elaine Teresinha Azevedo dos. **Educação ambiental na escola: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio**. Pós-Graduação em Educação Ambiental, Santa Maria, RS, Brasil 2007.

SANTOS, Renan. **O funcionamento de uma Micro Usina Hidrelétrica**. Soluções UFV. Brasil, 2016. Disponível em: <<http://solucoesufv.com.br/conteudo/funcionamento-de-uma-micro-usina-hidreletrica/>> Acesso em 10/09/2016.

SERRANO, Josep F. Mària. **El 'Consenso de Washington' ¿Paradigma Económico del Capitalismo Triunfante?** Revista de Fomento Social nº 217 Janeiro, Março. 2000. Disponível em: <http://www.cepal.org/Mujer/proyectos/gobernabilidad/manual/mod01/13.pdf>. Acesso 25 out. 2016.

SOUZA, Givaldo Alves Silva de. **Projeto Cooperar: Levantamento histórico da política de combate à pobreza rural no estado da Paraíba em parceria com o Banco Mundial**. Monografia para conclusão do curso de Gestão Pública. Universidade Federal da Paraíba, 2015.

VARELLA, Marcelo D. O surgimento e a evolução do direito internacional do meio ambiente: da proteção da natureza ao desenvolvimento sustentável. In: BARROS-PLATIEU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo D. **Proteção Internacional do Meio Ambiente**. Série Direito Ambiental – Vol 4. Unitar, UniCEUB, UNB. Brasília, 2009.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. **O banco mundial e o combate à pobreza no nordeste: o caso da Paraíba**. Caderno CRH vol.21, Salvador. Jan.eiro/Abril, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n52/a09v2152.pdf>. Acesso 15 out. 2016.

VOGLER, John. International Relations theory and the environment. In: KÜTTING, Gabriela. **Global Environmental Politics: concepts, theories and case studies**. New York: Taylor and Francis e-Library, 2010.